

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO: BACHARELADO**

**Victor da Matta Jorge**

**CRISE SANITÁRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E JORNALISMO  
INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DE TEXTOS DO THE INTERCEPT  
BRASIL DURANTE A PANDEMIA EM 2020**

**Frederico Westphalen, RS  
2022**

**Victor da Matta Jorge**

**CRISE SANITÁRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E JORNALISMO  
INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DE TEXTOS DO THE INTERCEPT  
BRASIL DURANTE A PANDEMIA EM 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marluza da Rosa

Frederico Westphalen, RS

2022

**Victor da Matta Jorge**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo**.

**Aprovado em: 02/02/2022**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marluza da Rosa (orientadora)**

---

**Prof. Dr. Reges Schwaab**

---

**Prof. Dr. Rafael Foletto**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Weber (suplente)**

Frederico Westphalen, RS

2022

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço à minha mãe, por ser sempre meu porto seguro, por contar com seu carinho e amor em qualquer momento, de alegria ou dificuldade, e por nunca desistir de mim, mesmo quando eu desisto. É quem me traz força e me mostra que amor sem limites existe, é o pilar para que eu não perca a esperança.

Agradeço a UFSM/FW, por ter me proporcionado um ambiente muito acima do que esperava de uma Universidade e da faculdade de jornalismo, os debates em sala de aula, a colaboração dos professores na minha formação, a proximidade entre aluno e professor que me faz acreditar que se trata de uma experiência extracurricular que não consta na matriz curricular, que me ajudou a formar um caráter crítico eficiente, que aperfeiçoou minhas definições do que é ser um jornalista, ensinamentos esses que levarei para vida toda, experiência essa a qual repetiria e faria em dobro.

Um agradecimento especial para minha orientanda, professora Marluza da Rosa, com a qual tive o grande prazer de trabalhar desde 2017 até a entrega atual do meu TCC. Obrigado, Marluza, por ter se tornado essa fonte de inspiração, pelos incentivos, sugestões, pela paciência e por acreditar no meu trabalho. Carrego comigo a experiência de ter trabalhado com uma das pessoas que mais admiro, sou grato pelo projeto Letramentos e, por você, minha eterna admiração e carinho.

Agradeço aos colegas do projeto de extensão Letramentos, pelo incrível ano de 2018 e por fazerem parte de um projeto em que tive experiências incríveis. Também ao grupo de pesquisa DISPOLI, pelos debates e discussões que me guiaram até aqui.

Também agradeço aos professores, por aceitarem fazer parte da minha banca. Ao professor Reges, pelos debates tão importantes em sala de aula, por me despertar a paixão pelo jornalismo literário e pelos apontamentos como parecerista. Ao professor Rafael, pelas diversas vezes em que o procurei e foi encontro dos meus anseios de pesquisa, me indicando textos ricos para meu trabalho e pela disponibilidade para fazer parte da banca.

Por fim, agradeço todos os colegas com os quais tive contato e criei laços fortes, que não deixaram eu me sentir sozinho, meu grande carinho e amor para as amigas que carrego até hoje. Para Denise, Gabriel, Catarina, Augustus e Naomi, sou grato por termos formado uma família.

A Universidade Federal, meu reconhecimento, ao dizer que tive o melhor ensino público, com os melhores professores e que vi com meus olhos a riqueza de produções de conhecimento. No exercício da profissão e aonde quer que a vida me leve, eu sei de onde vim.

É que eu luto e não me rendo  
Caio e não me vendo  
Não recuo nem em pensamento  
Eu sigo um movimento que pra mim é natural  
De resistência cultural  
- Marcelo D2

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar o discurso jornalístico presente no coletivo independente The Intercept Brasil (TIB), durante a pandemia, no ano de 2020, em três períodos diferentes: no começo da proliferação do coronavírus no Brasil, durante o período sem Ministro da Saúde e no final do ano, em recorte sobre as condições sociais dos brasileiros. Discutimos a formulação do discurso jornalístico do veículo ao abordar a atual crise sanitária acirrada pelo coronavírus como um problema da manutenção e aplicação das políticas públicas pelos governantes. Os objetivos específicos, elencados para se fazer possível a análise, são: 1) Discutir a formulação de discurso jornalístico do coletivo TIB ao abordar a problemática da crise sanitária como um problema de políticas públicas; 2) Identificar como os textos se inserem no contexto sócio-histórico – atentando para a historicidade presente no discurso jornalístico ao abordar o Ministério da Saúde em consonância com o posicionamento do Governo Federal; 3) Observar o atravessamento do interdiscurso (memória discursiva) no intradiscurso (formulação dos textos). Para tornar a análise possível, nos debruçamos nos estudos da Análise de Discurso, por considerar o discurso como “objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém” (ORLANDI, 2001, p. 16). Com esse intuito, separamos seis Sequências Discursivas de três textos correspondentes aos períodos destacados. Para refletirmos sobre a historicidade presente no discurso do coletivo e identificarmos como o veículo e os textos se inserem no contexto sócio-histórico, o presente estudo traça um caminho pela história da formação da imprensa brasileira, elencando os principais conflitos, dificuldades e obstáculos. É nessa relação histórica, em que o jornalismo enfrentou mecanismos de censura e autoritarismo, que se formaram técnicas e modelos diversos de jornalismo independente na divulgação de informações como principal meio de combate. Contextualizamos, ainda, o panorama atual do jornalismo independente, que encontrou no ambiente digital um solo fértil para suas produções, no caso do TIB, em seu site. Através da análise, concluímos que, ao se autodenominar “combativo e destemido”, o veículo resgata demandas, lutas e técnicas do fazer independente em sua história, para formar espaços públicos de debate e informação. Em meio a mais um embate entre o discurso político e o jornalístico, o TIB encontra maneiras de confronto e resistência, em dissonância com as práticas das mídias tradicionais, para resgatar a credibilidade em crise, mas também parar fomentar um fazer jornalístico combativo e investigativo.

**Palavras-chaves:** jornalismo independente; The Intercept Brasil; análise de discurso; embate político e jornalístico; políticas públicas; pandemia 2020.

## ABSTRACT

The aim of this research was to analyze the journalistic discourse presented in the independent collective The Intercept Brasil (TIB), during 2020's pandemic, in three different periods of the year: at the beginning of the proliferation of coronavirus in Brazil, during which period the country didn't have a Health Minister and at the end of the year, in a clipping on the social conditions of Brazilians. We discussed the formation of the journalistic discourse of the vehicle when addressing the current health crisis exacerbated by the coronavirus as a problem of the maintenance and application of public policies by the rulers. The specific objectives, listed to make the analysis possible, which we sought to correspond to are: 1) To discuss the formulation of the journalistic discourse of TIB collective while addressing the health crisis problem as a public policies problem; 2) To identify how the reports fit into the socio-historical context – paying attention to the historicity present in the journalistic discourse when approaching the Health Ministry in line with the Federal Government's position; 3) To observe the juncture between the interdiscourse (discursive memory) in the intradiscourse (formulation of the texts). To make the analysis possible, we focused on the studies of Discourse Analysis, considering the discourse as a “socio-historical object in which the linguistic intervenes” (ORLANDI, 2001, p. 16). For this purpose, we sorted six Discursive Sequences from three texts corresponding to the highlighted periods. In order to relate the historicity present in the collective discourse and identify how the vehicle and the texts are inserted in the socio-historical context, the present study traced a path through the history of the formation of the Brazilian press, listing its main conflicts, difficulties and obstacles. It is in this historical relationship, in which journalism faced mechanisms of censorship and authoritarianism, that different techniques and models of independent journalism were created in the dissemination of information as the main means of combat. We also contextualized the current panorama of independent journalism, which found in the digital environment a fertile ground for its productions, such as TIB, on its website. Through the analysis, we concluded that, by calling itself “combative and fearless”, the vehicle reclaims demands, struggles and techniques of independent creation in its history, this way creating public spaces for debate and information. In the midst of yet another clash between political and journalistic discourse, TIB finds ways of confrontation and resistance, in dissonance with traditional media practices, to rescue credibility in crisis, but also to foster combative and investigative journalistic work.

**Keywords:** independent journalism; The Intercept Brasil; discourse analysis; political and journalistic clash; public policy; pandemic 2020.

## LISTA DE QUADROS

TABELA 1. Textos do TIB durante a pandemia de 2020, na seção “A crise do coronavírus”.....	53
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 OS CAMINHOS DA IMPRENSA BRASILEIRA.....</b>	<b>17</b>
1.1 Os primeiros jornais.....	19
1.2 O reino da opinião pública.....	21
1.3 Segundo Reinado: modernização técnica e pressão popular.....	22
1.4 Outros espaços e vozes: iniciativas independentes.....	24
1.5 O fim do Império: marco jornalístico e a República.....	26
1.6 Ditadura militar e o Jornalismo Alternativo: a execução de jornalistas.....	28
1.7 A Redemocratização e a procura pela Democracia.....	31
<b>2 JORNALISMO TRADICIONAL, JORNALISMO INDEPENDENTE E O AMBIENTE DIGITAL: FORMAS DE RECUPERAR A CREDIBILIDADE EM CRISE.....</b>	<b>36</b>
2.1 A oportunidade de um jornalismo independente digital.....	38
2.2 O panorama atual do conceito de Jornalismo Independente.....	42
2.3 O coletivo The Intercept Brasil.....	44
<b>3 ANÁLISE DE DISCURSO E DISCURSO JORNALÍSTICO.....</b>	<b>48</b>
3.1 Um olhar analítico para o discurso jornalístico.....	52
<b>4 A FORMULAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO INDEPENDENTE DO THE INTERCEPT BRASIL DURANTE A PANDEMIA EM 2020.....</b>	<b>56</b>
4.1 Abordagem sobre políticas públicas.....	57
4.2 Combativo e Destemido.....	65
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

O ano é 2020 e o mundo é tomado pela pandemia da COVID-19. Passamos atualmente pela maior crise sanitária do século que impacta países em diversos setores da sociedade (sanitários, políticos, econômicos e tecnológicos), afundando economias e causando inúmeras mortes a nível global. Apesar dessa crise histórica, a ciência continua com sua força. Cientistas e pesquisadores do mundo inteiro buscaram pelas vacinas e alcançaram maneiras de conter o vírus, mas não apenas. No campo acadêmico, existem novas pesquisas na produção do conhecimento em diversas áreas, atraindo o olhar de todos para a emergência do tema no campo científico.

Como exemplo, na área da Comunicação, a 37ª edição da revista ALAIC (*Revista Latino Americana de la Comunicación*)<sup>1</sup>, de 2020, versou sobre “Comunicação e Saúde frente aos Desafios Planetários”, coletando 23 artigos que investigam e reúnem reflexões e práticas relacionadas com as consequências da COVID-19; nas ciências da linguagem, a 35ª edição, de 2020, da revista *Linguagem* se dedicou a abordar a “COVID-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem”, abrindo espaço para artigos de interpretação de fenômenos históricos, sociais, ambientais e linguísticos<sup>2</sup>; a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que expande seus estudos para além da área da saúde, abrindo espaço para outras áreas de conhecimento, divulgou diversos documentos para prevenção e sobre dúvidas acerca do coronavírus. A relevância desses estudos, para além do campo da saúde, permite uma discussão abrangente sobre as condições de produção de determinada mídia durante a pandemia do novo coronavírus. Nessa direção, este trabalho procura contribuir para as ciências da Comunicação ao repensar as práticas jornalísticas na atual situação de crise sanitária.

É irrefutável a importância dos funcionários da saúde nesses tempos, que têm sido a linha de frente contra a COVID-19, mudando extremamente a vida pessoal de cada profissional da área em prol do combate. No entanto, diversos cidadãos também alteraram drasticamente sua rotina, alguns perderam empregos, outros tiveram que se adaptar ao meio digital. No ambiente da internet, tornou-se possível que alguns trabalhadores desenvolvessem suas atividades dentro de casa, alterando a rotina e a forma operacional de milhares de pessoas. É neste ambiente digital que profissionais de diversas áreas se apropriam de meios para encontrar formas novas e eficientes de combate, como é o exemplo do jornalismo, que já vinha criando

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic>. Acesso em: 10 jun. 2021.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/issue/view/55>. Acesso em: 10 jun. 2021.

raízes no ambiente digital e utilizou das mídias para disseminar informações, dados e meios de prevenção para a população, além de atualizar cotidianamente as condições mundiais e nacionais de saúde.

Em tempos como estes, jornalistas têm o papel relevante de serem os responsáveis pelas notícias, cumprindo não só a função de informar, mas também de selecionar as notícias, divulgando ideias e estabelecendo relações seja com as fontes, seja com a sociedade ou demais membros da profissão. Logo, podemos assemelhar o profissional de jornalismo e o profissional de saúde no aspecto de importância, pois este trabalha diretamente com os cuidados do paciente que contraiu o vírus, enquanto aquele vem (re)descobrimdo maneiras de informar, conscientizar e prevenir os cidadãos.

No entanto, o jornalismo vem passando por uma crise democrática no Brasil, pois o governo vigente vem trabalhando, antes mesmo da eleição de Jair Bolsonaro como presidente, para uma descredibilização dos veículos de comunicação, não apenas atingindo os profissionais da chamada grande mídia, mas também atingindo o senso crítico da população, que tem dificuldade em se informar em meio às incertezas, estagnação e notícias fraudulentas. Não é a primeira vez que o jornalismo no Brasil passa por crises. Pelo contrário, a história da imprensa brasileira é constituída principalmente por momentos de crises e conflitos com o político. Como aponta o livro “A História da Imprensa no Brasil”, organizado por Martins e Luca (2018), um compilado de trabalhos sobre como surge a imprensa no Brasil, desde a chegada da família real (1808), mostra o atraso da criação de uma agência oficial no país, assim também como no tempo da Ditadura Militar, com os mecanismos de censura. No entanto, os autores pontuam que já existiam no Brasil formas próprias de disseminar informações.

Segundo o livro organizado por Martins e Luca (2018), o jornalismo independente existe desde os tempos da monarquia, pois naquela época se caracterizava assim toda iniciativa que era de contraposição ao reino. Agora, no século XXI, essas iniciativas aparecem de outra forma, pois o digital cria novos ornamentos para antigas práticas, possibilitando que essas mídias independentes saiam do impresso e migrem para o espaço da internet. Alguns fatores determinantes foram o baixo custo de manter um site, a rapidez na circulação das informações, o alcance de leitores e muitos outros, que são vantagens utilizadas por essas mídias. Neste cenário, “está inserida uma forte noção de diversidade de produções e representações sociais de diferentes públicos na sociedade (população negra, LGBTQIA+, classes sociais diversas, etc.)” (RÊGO, 2018, p. 35). Também, existe uma autonomia no uso da linguagem, que pode ser pensada pela quebra de práticas e técnicas de um jornalismo que se estruturou ao ponto de se

tornar tradicional, como o posicionamento, com uma postura pensada para atender às demandas democráticas e de interesse popular (LACERDA, 2016).

A crise que o jornalismo enfrenta hoje, no Brasil, é uma crise democrática, mas também de credibilidade. Em 2016, quando o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff se tornou possível, ponto alto da problemática da crise política e econômica brasileira, Gleen Greenwald, jornalista norte-americano, um dos fundadores do jornal The Intercept (doravante TI) na Inglaterra, ganhador do prêmio Pulitzer, monta a versão brasileira do TI no Rio de Janeiro, para cobrir, inicialmente, esse processo de *impeachment*. Hoje, sua redação já tem a participação de 27 brasileiros, entre jornalistas, editores e designers. Mantendo as raízes de seu surgimento, o seu viés é investigativo.

Em 2020, frente à crise na saúde, o The Intercept Brasil (doravante TIB) continuou com suas reportagens. Como eles mesmos trazem em seu site em “Sobre nós”: o TIB é uma agência de notícias dedicada à “responsabilização de poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo”. Portanto, levando em consideração que, no país, passamos pelo atrasado das medidas públicas referentes ao combate do coronavírus por parte do Governo Federal, por um longo período sem ministro da saúde no meio da pandemia, o que levou as condições precárias de muitos brasileiros e brasileiras – o que explicita um descaso total do governo federal para com a população – para a análise, utilizaremos recortes de textos jornalísticos sobre o Ministério da Saúde, relacionando-o com o posicionamento do Governo Federal e seus representantes, em três períodos de 2020, Março, Junho e Dezembro. Por meio desses recortes, procuramos verificar, através da análise da formulação do discurso do veículo, como o jornalismo independente se caracteriza no TIB.

Para este estudo, levamos em consideração o jornalismo como objeto de compreensão, sendo ele um sistema em constante interação com outras áreas, estabelecendo relações com as fontes, membros da sociedade jornalística ou público leitor, funcionando como uma organização/empresa (SCHWAAB, 2007). É nesse meio que se faz possível o discurso jornalístico que dissemina leituras e permite interpretações. Concordamos com a afirmação de Orlandi (2001, p. 23), que diz que “o discurso é a palavra em movimento, a prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Portanto, objetivamos, a partir dos estudos da Análise de Discurso (AD), “procurar compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral constitutivo do homem e sua história” (ORLANDI, 2001, p. 15), uma (re)leitura do discurso jornalístico presente no TIB, utilizando de dispositivos analíticos para adentrar nos sentidos e filiações estabelecidos no texto jornalístico.

Desse modo, procuramos discutir a proposta de jornalismo independente presente no coletivo TIB a partir das abordagens sobre o Ministério da Saúde em consonância com o Governo Federal. Buscamos, como objetivos específicos, a) discutir a formulação do discurso jornalístico do coletivo TIB ao abordar a problemática da crise sanitária como um problema de políticas públicas; b) identificar como os textos do TIB se inserem no sócio-histórico – atentando para a historicidade (que diz respeito à história que atravessa um discurso dado) presente no discurso jornalístico do veículo de comunicação – ao abordar o Ministério da Saúde e o Governo Federal em 2020 e c) observar o atravessamento do interdiscurso (memória discursiva) no intradiscurso (formulação), conceitos comentados no capítulo sobre os estudos da Análise de Discurso. Os questionamentos feitos para a formação deste trabalho, estão focados em compreender quais efeitos de sentidos podemos apreender quando o veículo se autodenomina como um jornalismo “desafiador e combativo”? Também, procuramos discutir a formulação do jornal ao abordar a atual problemática da crise sanitária como um problema relacionado a gestão das políticas públicas.

O primeiro capítulo deste trabalho, “Os caminhos da imprensa brasileira”, é dedicado à conjuntura histórica, em que se identificam desafios, caminhos, obstáculos e retrocessos que o jornalismo tomou em meio a outras crises, o que irá permitir abordamos as características, práticas e técnicas do surgimento de uma profissão, assim como a formação de coletivos de jornalismo independentes. Portanto, apresentamos o capítulo 1, intitulado Caminhos da imprensa brasileira, a fim de refletirmos sobre como nasce a prática jornalística no Brasil colônia, as dificuldades enfrentadas e as características da sua formação nessa época. Posteriormente, debatemos no subcapítulo 1.1 “Os primeiros jornais”, os reflexos da prática em tempos de monarquia, as iniciativas independentes daquele período e a constituição de um fazer que ocasionou o que abordaremos na seção 1.2, “O reino da opinião pública”, subtítulo em que procuramos debater sobre os periódicos frente à formação da opinião pública como fator histórico para a construção do debate público e político de uma jovem nação. Já no subcapítulo 1.3, com o título “Segundo reinado: modernização técnica e pressão popular”, procuramos discutir sobre os caminhos da evolução técnica do jornalismo a partir das fases que antecederam o fim do Império. Consideramos o jornalismo como principal meio para o debate público e palco para ideias republicanas e abolicionistas que mudariam a organização do país. Assim, se faz possível construir a seção 1.4, “Outros espaços e vozes: iniciativas independentes”, a qual podemos apresentar algumas iniciativas independentes durante o período do Império para República, seus modos, características e a formação de uma fazer alternativo da comunicação. No subcapítulo 1.5, “O fim do Império: um marco jornalístico e a República”, que discutiremos

os feitos do jornalismo até aquele momento histórico e o começo da República, a estruturação de uma profissão que crescia e se firmava como atividade econômica ativa no país, assim como uma nova ordem sobre o Brasil. A fim de observarmos a constituição de fazeres alternativos atuais do jornalismo, devemos olhar para um momento ainda mais recente, que modificou a história e alterou o fazer jornalístico. Assim, o subtítulo 1.6 “Ditadura militar e o Jornalismo Alternativo: a execução de jornalistas”, aborda esse período de repressão, mas também de resistência, como forma de repensarmos o que é feito e o que pode ser feito na profissão. Antes de adentrar o capítulo 2 desta pesquisa, apresentamos no subtítulo 1.7 “A Redemocratização e a procura pela Democracia”, em que podemos pensar sobre os modos e técnicas do jornalismo atual, os campos de cobertura e a forma de circulação, os fatores sócio-históricos a partir dos anos 2000 e a crise da credibilidade do jornalismo no Brasil na segunda década do século XXI. É a partir deste primeiro capítulo que se torna possível compreender as condições de produção da instaurada mídia tradicional, compreendendo o contexto sócio-histórico e ideológico em que o discurso se insere, assim como a emergência de novas iniciativas de jornalismo no ambiente digital.

O capítulo histórico permite o embasamento necessário para uma discussão sobre o fazer jornalístico, suas características e como se estruturou como conhecemos hoje por jornalismo tradicional, alternativo e independente, sobre os quais versará o segundo capítulo, “O jornalismo Tradicional, o Jornalismo Independente e o ambiente digital: formas de recuperar a credibilidade em crise”. Existem formas do fazer jornalístico, que surgem em tempos diferentes ou até mesmo simultâneos, mas que se alteram, dados a posição social, os sujeitos envolvidos e as classes que formam os jornais. Portanto, existem diferenças teóricas, mas também, existem diferenças do fazer. Procuramos, no segundo capítulo, descrever como o jornalismo tradicional se apresenta, suas características, seu funcionamento e discutir o fazer jornalístico nesse meio. Expomos também as iniciativas no meio da comunicação, apresentando as concepções de jornalismo alternativo e independente, como surgem, suas características no decorrer dos tempos até os dias atuais, apresentado o espaço digital em que essas mídias se apropriam e migram. Portanto, separamos este capítulo em três subtítulos: 2.1 “A oportunidade de um jornalismo independente digital”; 2.2 “O panorama atual do conceito de Jornalismo Independente”; e o 2.3 Apresentando “O coletivo The Intercept Brasil”.

Este estudo se estrutura nos estudos da Análise de Discurso (doravante AD), para compreendermos o objeto simbólico da nossa análise, ou seja, o funcionamento do discurso jornalístico do TIB e como este produz sentidos. Uma primeira observação a se fazer é que AD trabalha com a língua no mundo, com maneiras de significar, considerando a produção de

sentidos como parte da vida natural e social, levando em conta o homem em sua história, considerando os processos e condições de produção da linguagem (ORLANDI, 2001). Para discutirmos o discurso jornalístico, a AD se faz fundamental neste trabalho por articular de modo particular conhecimentos do campo das Ciências Sociais e Humanas, colocando em questão a transparência da linguagem em que as Ciências Sociais se assentam e interpelando pela historicidade que a Linguística apaga, logo, considerando “o discurso como objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2001, p. 16). Portanto, o terceiro capítulo “Discurso Jornalístico e Análise de Discurso” se dedica aos estudos da Análise de Discurso e ao debate sobre nosso objeto de análise para compreendermos o discurso jornalístico do TIB, levando em consideração que “o discurso é o lugar que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2001, p. 17). No subtítulo 3.1, “Um olhar analítico para o discurso jornalístico”, concentramo-nos em explicar os caminhos metodológicos para apreendermos o objeto do nosso trabalho, o discurso jornalístico independente do coletivo, apresentamos nossos objetivos específicos e como separamos os textos e recortes analíticos para atendê-los.

Por fim, entramos no nosso quarto capítulo, da análise do nosso objeto, intitulado “A formulação do discurso jornalístico independente do The Intercept Brasil durante a pandemia em 2020”, no qual nos dedicamos a olhar as Sequências Discursivas (doravante SD) que separamos dos textos destacados no capítulo metodológicos, para atendermos os objetivos específicos já apresentados, partimos de duas questões: 1) O que o veículo considera como políticas públicas, para responsabilizar a atual crise sanitária como um problema de gestão pública, no subcapítulo 4.1: “Abordagem sobre políticas públicas”; 2) Como se apresenta o “destemido e combativo” na formulação discursiva do TIB, no subcapítulo 4.2: “Combativo e Destemido”. Através desse capítulo analítico, podemos observar como os textos jornalísticos se inserem no contexto sócio-histórico de uma crise sanitária, mas também, de uma crise política e da credibilidade do jornalismo, atravessando a prática independente atual (intradiscurso) que carrega consigo sua historicidade (interdiscurso). Nosso último capítulo é a “Conclusão”, em que fazemos as considerações finais sobre formulação do discurso jornalístico do TIB ao abordar a problemática da crise sanitária como um problema de políticas públicas e responder nossos objetivos específicos.

Justificamos que é através dos capítulos teóricos e históricos, por compreendermos que, mesmo o homem fazendo sua própria história, esta não lhe é transparente, mas continua presente na atualidade de outras formas (ORLANDI, 2001), levamos em consideração a língua

conjugada com a história na produção de sentidos da estruturação de um fazer jornalístico tradicional e independente propriamente brasileiro, que podemos levantar questões que julgamos necessárias para o debate da nossa análise sobre o coletivo TIB. Portanto, procurando compreender como se deu a formação de outros formatos de fazer o jornalismo, que podemos olhar para as presentes iniciativas no ambiente digital e remeter a sua historicidade, dessa forma, compreender as condições de produção atuais que permitem chamarmos o TIB de jornalismo independente e abordar nossos objetivos.

## 1. OS CAMINHOS DA IMPRENSA BRASILEIRA

Procuramos neste capítulo considerar as condições de produção da criação e profissionalização do jornalismo dentro de um contexto sócio-histórico e ideológico. Essa última noção é importante porque, como afirma Orlandi (2001), ao considerar as pessoas como sujeitos, por serem elas carregadas de ideologia, não existiria propriamente um sujeito sem ideologia. Logo, os agentes históricos, a partir de condições de produção específicas, desenvolveram normas e fazeres que perpassaram os anos e estruturaram a profissão.

Não procuramos (re)aproximar aquele período a este, pois tal visão carrega consigo um formato anacrônico: olhar o passado com os olhos de hoje. Pelo contrário, neste capítulo, faremos alguns levantamentos de como ocorre o surgimento da imprensa no Brasil, seus caminhos, dificuldades, estruturação, filiações e segmentos, para, ancorados nos estudos da Análise de Discurso, direcionarmos nosso olhar para as condições de produção, relacionando a linguagem à sua exterioridade.

Assim, temos como objeto o discurso jornalístico, por ser ele um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém (ORLANDI, 2001). Portanto, trabalhando com o pressuposto de que a história tem o seu real afetado pelo simbólico (a produção dos sentidos conjugado na língua e na história), iremos atentar para as iniciativas independentes e alternativas que surgiam em meio à estruturação do jornalismo que hoje consideramos tradicional. Assim, como afirma a mesma autora: “Não se trabalha com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato que elas significam” (ORLANDI, 2001, p. 16).

Os primeiros passos de uma imprensa oficial no Brasil surgiram gradualmente após a vinda da família real, em 1808, quando Dom João VI faz do Brasil a nova sede da monarquia portuguesa, trazendo junto à Corte a primeira tipografia da Imprensa Régia. Primeira editora do território brasileiro, foi responsável pela impressão de livros, jornais e documentos oficiais da coroa, resultando na oficialização de uma imprensa propriamente brasileira, principalmente dedicada à vida e à existência do Reino, sem um comprometimento inicial de informar a população, mas empenhada em registrar e divulgar negócios reais (MOREL, 2018).

Destoante da Europa e de partes das Américas - onde já existiam tipografias desde meados do século XV - a colônia portuguesa só as implementa três séculos depois do início de seu processo de colonização. O período da Colônia (1530 – 1822) foi marcado pela vigilância, repressão do pensamento e de iniciativas culturais escritas, considerados crime pela Coroa (BAHIA, 1990). A esses fatos deve-se o motivo do atraso para a criação de uma imprensa originalmente brasileira (RÊGO, 2019). Mesmo com a oficialização de uma imprensa, as

divulgações seguiam normas regulatórias redigidas pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício), que censuravam os conteúdos dos textos em circulação através de profissionais letrados que seguiam listas oficiais de controle para a interdição (MOREL, 2018).

Mas, longe de ser a primeira iniciativa de impressos na região, antes do órgão oficial (1808) já existiam escritos circulando por aqui, como os jornais estrangeiros, inicialmente contrabandeados para cá. Também circulavam produções textuais independentes feitas de forma artesanal por meio de panfletos, manuscritos e sátiras poéticas, sendo possível inventariar mais de trezentas obras de autores brasileiros, que incluíam: livros anônimos, narrativas históricas, manuscritos de autores clássicos, documentos de agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, literatura em prosa, gramática etc.<sup>3</sup> (MOREL, 2018).

No entanto, estamos falando de uma sociedade nova e carente em diversos setores, sendo a maior parte dos brasileiros analfabeta. Desse modo, as práticas de leituras em voz alta e coletivas eram constantes no antigo regime, seja pelos órgãos oficiais (leitura de pregões com os atos do governo, os sermões da Igreja etc.), seja pelos poucos letrados que se comprometiam na leitura de anúncios e notícias dos periódicos (MOREL, 2018). Esse período é marcado, principalmente, pela oralização coletiva e a estabilização de uma prática informativa, que hoje conhecemos como jornalismo e que resultará em práticas variantes dentro da área de conhecimento. Como afirma o mesmo autor:

A ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa (ou de sua ausência) não é suficiente para dar conta da complexidade de suas características e das demais formas de comunicação numa Sociedade em mutação, do absolutismo em crise. (MOREL, 2018, p. 23)

Para entendermos melhor a imprensa na época, precisamos olhar para as relações hierárquicas existentes no território brasileiro, já que estas foram fio condutor entre os periódicos e uma produção específica de informações sobre e da sociedade do Brasil colônia. Já havia estabelecidos aqui espaços como as administrações civil, militar e eclesiástica. Os impressos dessa nova sociedade absolutista circulavam através de correspondências particulares, cópias de textos, papéis pregados em paredes, de mão em mão e fomentaram a prática de copistas. Grupos políticos passaram a se formar, baseados em diferentes vínculos:

---

<sup>3</sup> Inventário realizado por Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia brasileira do período colonial*, São Paulo, IEB/USP, 1969, obra cuja publicação foi financiada pelo então jovem compositor Chico Buarque de Hollanda, através de seu pai, o historiador Sergio Buarque de Hollanda.

vizinhança, parentesco, clientela, trabalho (livre ou escravizado), de interesses ou afinidades intelectuais (MOREL, 2018).

Apesar da censura prévia oficial, os impressos trouxeram diversos conteúdos, motivando novas formas de transmissão, determinantes para a propagação de ideias através das palavras: manuscritas, faladas ou impressas, atingindo vários setores da sociedade, desde os letrados, burgueses, até as camadas mais pobres (MOREL, 2018). É por meio dessas tramas que surge a imprensa: “longe de ser um papel sagrado, marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras” (MOREL, 2018, p. 09).

Portanto, podemos considerar que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não vem de forma espontânea apenas pela chegada da primeira tipografia, já havia aqui uma densa trama de relações e transmissões já existentes (RÊGO, 2019). Diríamos que não se trata somente da transmissão de informação, pois o funcionamento da linguagem, ao colocar em relação sujeito e sentidos a partir da língua e da história, dentro de formações específicas e influenciadas pelo contexto histórico, é um processo de construção de realidade que produz efeitos múltiplos e variados, dando um novo ordenamento para a sociedade brasileira (ORLANDI, 2001).

### **1.1. Os primeiros jornais**

Na primeira geração, não existiam jornalistas, mas sim redatores ou gazeteiros. Não havia jornais, pois eram denominados de gazetas, folhas ou periódicos. Inicialmente, antes que os debates políticos em solo brasileiro se acirrassem em destaque nos periódicos, não havia distinção entre um jornal internacional e nacional ou entre gêneros opinativo e informativo. O que então se conhecia como imprensa periódica é bem diferente do que hoje conhecemos (MOREL, 2018).

Como dito anteriormente, antes da criação de um jornal propriamente brasileiro, já circulavam no território jornais estrangeiros, em especial o Correio Braziliense, circulando aqui desde junho de 1808, editado em Londres, escrito em português e inicialmente contrabandeado para cá. Pioneiro em tal denominação para a imprensa, posteriormente utilizado por outros jornais, O Correio atuava em uma linha de oposição, criticando a coroa portuguesa, falando abertamente sobre a imigração e sobre a criação de universidades, mas continuava favorável às ideias de união luso-brasileira (RÊGO, 2019). Desse modo, os primeiros redatores brasileiros conviveram e aprenderam, direta ou indiretamente, com a imprensa de outros países, tal fator pode explicar a proximidade do fazer jornalístico brasileiro atual com modelos estrangeiros.

O primeiro jornal oficial brasileiro foi “A Gazeta do Rio de Janeiro”, criado em setembro de 1808. Suas publicações tratavam da vida administrativa e da movimentação do Reino, retratando de forma documental a história (BAHIA, 1990). Apesar da contraposição entre situação e oposição – a Gazeta (enquanto jornal oficial do Reino) e o Correio (que fazia críticas ao governo) –, existem semelhanças entre os dois periódicos: ambos defendiam o governo monárquico, apoiavam a ideia de união luso-brasileira e repudiavam as ideias de revolução/ruptura (MOREL, 2018).

Com a propagação do redator como agente essencial para um novo cargo que aflorava no seio do Brasil colônia, as províncias acompanharam essa modernização da palavra escrita. O jornalismo toma forma e novos periódicos vão se formando. Antes dos jornais de destaque, que se mantiveram durante décadas, existiram diversas iniciativas como: Aurora Pernambucana (1821); O Conciliador do Maranhão (1821); O Paraense (1822); O Compilador Mineiro (1823); Farol Paulistano (1827); Diário de Porto Alegre (1827); Jornal de Anúncios (1821) inovando nas folhas dedicadas a divulgação de negócios, entre outros (RÊGO, 2019).

Alguns dos jornais dessa época nasciam de forma efêmera, pois naquele período não era cara a produção de um periódico, portanto, alguns não sobreviveram durante muito tempo. Não é o caso do Jornal do Commercio, criado no Rio de Janeiro em 1827, uma das grandes representações de jornalismo oficial do Império, abrangendo alguns dos jornalistas mais expressivos do período, que apostavam na linha mercantil e noticiosa, considerado decisivo nas questões comerciais e visto hoje como o mais antigo dos diários a circular sem interrupções desde seu nascimento (MARTINS, 2018).

No entanto, com a oficialização da imprensa no Brasil e a maior circulação dos periódicos fomentando o debate de ideias junto a insatisfação popular sobre o reino, aumentou-se a inquietação no cenário político – muitos motivados pelo apelo à independência. Sob maior pressão, em 1820, a Junta de Governo de Revolução Constitucional Portuguesa liberou a circulação de jornais estrangeiros e, logo depois, em 1821, Dom João VI suspende a censura prévia (RÊGO, 2019). Além desses fatores, em meados de 1821 (após a Revolução do Porto e a convocação da Constituinte brasileira), a Gazeta do Rio (abreviada) passa a defender o liberalismo e a modernidade política, sendo o jornal que acompanhou e documentou a separação entre Portugal e Brasil, posicionando-se a favor da independência antes mesmo do Correio Braziliense, que sofria com a desvantagem da distância.

Contudo, ainda se mantiveram as publicações de interesse da Coroa. Após esse período, a imprensa periódica, que disseminava informações, ideias e opiniões, mas não praticava o debate e a divergência política, passa a se posicionar, criando um espaço público de crítica.

Assim, com o envolvimento das demandas sociais nas páginas dos periódicos, instaura-se a chamada opinião pública, importante pela participação popular (MOREL, 2018).

## 1.2. O reino da opinião pública

O que significa, então, a expressão “opinião pública”? Devemos conhecer a trajetória dessa noção em uma determinada sociedade e período, o que nos permite uma aproximação da gênese da política moderna (pós-absolutista), isto é, uma análise dos discursos que invocavam a legitimidade da opinião popular (MOREL, 2018). Em outros termos, a opinião pública como um recurso que legitima a posição política da população, como forma de levar algumas demandas setoriais a serem consideradas de vontade pública. Portanto, “essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no seio da esfera pública” (MOREL, 2018, p. 18).

Dessa forma, como ressalta Courtine (1985), podemos direcionar nosso olhar para as condições de produção da opinião pública estampada nos periódicos, também, de origem “sociolinguística”, por considerar o caráter sistemático entre a estrutura linguística e social, “criando uma relação de causa e efeito”, considerando como variantes o “as condições sociais da situação de comunicação” (COURTINE, 1985, p. 02). Portanto, olhar para a produção jornalística através da relação entre os setores do profissional e do público, sua interpelação da demanda social e da produção noticiosa.

Devemos levar em consideração que esses discursos, diante do poder absolutista, circulavam principalmente entre um público elitizado e letrado, uma parcela pequena da sociedade, que, a partir do uso público da razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornaram fonte de críticas duras ao poder, buscando uma nova legitimação política (MOREL, 2018). A opinião passa a ter um peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do setor privado, realizando-se principalmente nos periódicos impressos. Como afirma Morel (2018):

Essa opinião pública tinha dois sentidos básicos na época de seu surgimento. Ou era vista como “rainha do mundo”, fruto da elaboração dos sábios ilustrados e enciclopedistas, como sinônimo da soberania da razão, isto é, uma simbiose entre o reino da opinião e a república das letras. Ou então, num sentido mais jacobino ou revolucionário, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava através da participação de setores da sociedade em agremiações e organizações políticas, ou seja, vinculada à ideia de democracia direta (MOREL, 2018, p. 18).

Podemos notar que a formação de um jornalismo no Brasil não se deu apenas por um movimento revolucionário que partiu da reivindicação do povo, mesmo sendo a pressão de uma participação popular uma marca dessa época, mas também por conta das relações de poder presentes aqui, muitas vezes já estruturadas diante de uma sociedade ainda escravista e de maioria analfabeta. Trata-se da inserção de um novo vocabulário e consciência política que representou um papel importante para a sociedade na constituição de espaços públicos, legitimando novos discursos a partir dos periódicos, visando pautas de interesse público, seja por influência seja por reivindicações (MOREL, 2018).

É importante para o estudo compreendermos a formação da opinião pública como fator histórico pois, como vimos, no Brasil a criação de espaços públicos de leitura, debate e da oralização dos acontecimentos considerados relevantes, nasce de uma necessidade de informar aqueles que fazem parte do cotidiano, o qual possuem alguma relação, seja de trabalho, vizinhança, antes mesmo da estruturação dos jornais como divulgador e agenciador de notícias e fatos. Dessa forma, a partir do próprio apelo popular, as lutas são legitimadas, quando a relação entre a imprensa e a população passa a sofrer alterações e a opinião pública começa a instaurar-se nesse espaço, demandando questões particulares, como parte da formação nacional. Temos, portanto, a formação de uma consciência política.

### **1.3 Segundo Reinado: modernização técnica e pressão popular**

Com tanta pressão, da imprensa e de movimentos sociais, fez-se possível a Proclamação da Independência em 1822. Porém, continuou instaurada a Monarquia com um novo imperador, Dom Pedro I, que após conflitos intensos no território brasileiro e a pressão pela posse do trono, em 1831, abdica da sua posição e volta para Portugal, deixando seu filho, Dom Pedro II, com apenas cinco anos. Começa, então, o primeiro dos 10 anos do Período Regencial, até sua posse aos 14 anos, após o golpe da maioridade.

Ainda não podemos afirmar que há de fato uma liberdade de imprensa instalada no Novo Mundo, o que se verifica não é uma linha progressiva e ascendente da liberdade na imprensa. Houve sim o crescimento da atividade, mas a questão do controle continuava levando os redatores de diversas correntes políticas a se preocuparem com questões governamentais e com as constantes alterações parlamentares (MOREL, 2018). No entanto, temos o exemplo de um jornal de representatividade dessa época, “A Malagueta” (1821 – 1832), que se considerava “independente”, o que, nesse período, significava assumir um posicionamento político e de

oposição (SODRÉ, 1999). Estas situavam-se em um quadro da imprensa artesanal, não empresarial, que marcava esse período.

Durante o Período Regencial, a insatisfação com o reinado, intensificada pela crise da maior idade que estampava os periódicos, gerou uma cadeia de revoltas pelo país, que contavam com a divulgação dos jornais. Como exemplo, temos o Movimento da Praieira (1842-1849), no Recife, um movimento social de disputa política entre liberais (praieiros) e conservadores (guaribus), dividindo jornalistas na produção de periódicos, cada grupo com sua tipografia, travando uma disputa na imprensa e fazendo o jornal de instrumento de luta político-partidária (MARTINS, 2018). Foi o maior embate de facções partidárias da Monarquia travado pelos periódicos, marcado por aqueles que reivindicaram, através do documento “Manifesto ao Mundo”, o voto universal, a liberdade de expressão e a separação dos poderes, no entanto, foi reprimido pelas forças oficiais.

O período anterior de 10 anos das regências antecipou diversos movimentos, motins, rebeliões e associações políticas de oposição ao reino, estampando os jornais, como ferramenta política partidária e de posicionamento e de insatisfação popular. Esse período foi marcado pela explosão da palavra pública e das associações políticas nas redes de sociabilidade através dos periódicos (MARTINS, 2018). Consideramos esse fator do contexto histórico como uma parte estruturante na formação social da prática jornalística, a partir de um lugar e período determinados, dada a importância da palavra no contexto noticioso como forma de resistência de uma sociedade que ainda tentava se efetivar como nação (COURTINE, 1985).

No entanto, a imprensa no Brasil continuava a mesma, a repressão continuava como medida do reino, seguia a monarquia católica e centralizadora ao invés da república livre e laica que os liberais procuravam (MARTINS, 2018). Com a larga produção do café, a imprensa brasileira pode caminhar para uma modernização técnica, ao desenvolver linhas férreas que ajudaram na circulação dos periódicos. Também, desenvolveu-se as tipografias para sua forma mecânica, otimizando a prática jornalística e passando a conhecer a lógica do mercado (MORE, 2018).

É a partir das transformações que estruturavam o Brasil como nação, que grupos sociais encontraram nos papéis dos jornais um lugar de voz para reivindicar seus direitos. Encontram espaço no jornalismo dessa época: soldados, oficiais, lavradores, profissionais liberais, clero regular e secular, camadas pobres urbanas, homens negros e mulheres, que, além de leitores, passaram a fazer parte da produção jornalística do período (MOREL, 2018). Tal fator aumentou a presença do debate entre os discursos abolicionistas e republicanos nos periódicos, levando à libertação dos escravizados (1888) e gradativamente à Proclamação da República (1889). Não

que os jornais fossem a causa maior para tais conquistas, mas foram agitadores populares para finalmente se alcançar o debate no que seria uma opinião pública forte o suficiente para pressionar o poder vigente a se posicionar a respeito das demandas sociais.

Portanto, o declínio do Império não foi apenas documentado, mas articulado através dos periódicos, seja por interesses de grupos de poder, seja pela força pública ao reivindicar seu lugar de fala através das folhas. O Brasil acompanha o ocidente na procura da modernidade política, as mutações culturais atingem a sociedade no ambiente público impulsionado principalmente pelo debate nas folhas impressas e em novos formatos (MARTINS, 2018).

#### **1.4. Outros espaços e vozes: iniciativas independentes**

A partir do momento em que se instaurou uma forma de imprensa propriamente brasileira, emergiram novos agentes culturais e políticos, como os redatores, que tinham papel ativo na sociedade, tornando as imprensas contribuintes ativos na economia. Ficava difícil para os órgãos sociais captarem as diversas ramificações e produções feitas aqui. Jornais já estavam estruturados e faziam parte do cotidiano da população. Utilizavam-se das tipografias grupos de diversos setores da sociedade como forma de criarem, a partir da folha, um ambiente público e de solo fértil para a divulgação de novas ideias – fossem elas internacionais, regionais, políticas, fossem literárias (MARTINS, 2018).

É nesse cenário de uma imprensa de debate político brasileiro que surgem redatores, jornalistas ou apenas escritores, com produções de caráter coletivo, inicialmente de resistência e posteriormente propulsores do discurso de modernização, com traços interessantes e em espaços diversos para pensarmos os modos do fazer jornalístico em antigos regimes absolutistas e de repressão à liberdade da informação. Muitas dessas produções podem ser consideradas iniciativas independentes, pois, nesse período era considerado independente qualquer periódico que ia de encontro ao regime imperial. Essas iniciativas se caracterizavam, principalmente, pela junção de coletivos independentes, que protagonizavam em suas narrativas novos personagens, muitas vezes marginalizados pela sociedade, utilizavam-se de mídias e narrativas diferentes dos periódicos de destaque, como exemplo, os panfletos e caricaturas satíricas, como forma de reivindicar, através da denúncia e da imposição, os direitos civis (MOREL, 2018).

A maioria dos homens de letras dessa geração escrevia no estilo panfletário. Responsáveis por uma missão política e ao mesmo tempo pedagógica, publicavam impressos de combate imediato, de ataque às ideias monárquicas e de apoio e propagação de “novas ideias”. Feitos em papel de baixo custo e qualidade, com capacidade de convencer e atacar,

utilizavam de uma linguagem literária e satírica, com uma agilidade de se expressar na escrita, com capacidade de espírito mordaz e crítico, descrevendo uma nova visão de mundo geral e definida. Como exemplo pode ser mencionado o Ba-ta-clan, o panfleto difamador que circulou com estardalhaço na Corte por falar de figuras polêmicas durante a Guerra do Paraguai, ao ridicularizar chefes militares brasileiros (MOREL, 2018).

Os panfletos não foram os primeiros a utilizarem da linguagem literária para propagar novas ideias, o gênero de revista participou ao lado do jornal no suporte rumo à imprensa brasileira. Inicialmente responsável por figurar a literatura em letra impressa, posteriormente dedicada à cultura e modernidades, as revistas passam a preencher suas páginas com desenhos, caricaturas e fotografias. Com a impressão em cores, as revistas foram de suma importância para o consumo e a construção da cultura de uma nação, como quando cobriram o período da nossa Belle Époque, momentos empolgantes de mudanças na cultura, na arte, na tecnologia e na política brasileiras (MOREL, 2018).

O que podemos notar do surgimento das iniciativas independentes ou alternativas nessa época dos avanços da modalidade jornalística é: a posição à margem das grandes produções, no que diz respeito ao número de impressos, formatos criativos de divulgação, narrativas diversas, cobertura de casos polêmicos, posicionamento de *front* e, principalmente, o caráter de luta de classes contra o autoritarismo, nesse caso, do Império (KUNCISKI, 1991). Tais definições podem guiar nosso olhar para as características do jornalismo independente atualmente, ao pensarmos que, como afirma Orlandi (2001), “a memória tem suas características, quando pensada em relação ao discurso [...] é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que volta na forma do pré-construído” (ORLANDI, 2001. p. 31).

O estilo panfletário, as caricaturas satíricas, essas produções criativas e com novas narrativas, foram como uma válvula de escape para o período do Império, funcionando como antídoto contra a censura vigente, sendo uma das linguagens de maior aceitação do Brasil (MARTINS, 2018). Esses espaços de fácil produção foram solo fértil para demandas sociais não discutidas. Os homens das letras, alguns já redatores de outros jornais, também utilizavam desse espaço para o debate político pró-república e pró-abolição. Utilizavam-se como reforço as caricaturas e crônicas para completarem as folhas dos cadernos (MARTINS, 2018).

Os debates públicos estampados nos jornais, junto às críticas ao império, aqueceram esse período do enfraquecimento do Império, ganhando poder na sociedade brasileira através do debate nos periódicos. Os questionamentos sobre o sistema nesse período eram centrados em três questões: a crise entre Igreja e Estado; a insatisfação dos militares com o Império; e a

campanha de abolição. Todos eles passaram pelas coberturas jornalísticas, divulgando ideais de uma Monarquia que sufocava e a pretensão de uma República que libertaria. É nesse cenário de novos moldes técnicos e de linguagens diversas para o fazer jornalístico que, em 1888, torna-se possível a abolição da escravidão e, no ano seguinte, a Proclamação da República (MARTINS, 2018).

### **1.5. O fim do Império: marco jornalístico e a República**

O jornalismo deixou sua marca nesse período, pois cumpriu seu papel de utilizar a imprensa como instrumento de crítica ao regime Imperial – seja partidário, apenas político ou independente com traços políticos – que mostrou diversas vezes não estar interessado na criação de uma sociedade brasileira de fato. Junto com diversas áreas do conhecimento, que contribuíram, assim como seus agentes, durante esse período foi possível fazer um jornalismo de combate, comprometido com a linguagem e com a causa política. Os jornalistas seguiam na busca pelo ideal de nação e participaram ativamente nos sistemas representativos e na consolidação da sociedade brasileira (MARTINS, 2018).

Após a Proclamação da República (1889-1930), a imprensa brasileira passa por uma modernização, com o aumento de tiragens, fotografias, a cor se torna algo comum, principalmente nas revistas, o custo do impresso abaixa e um ensaio à comunicação de massa acontece. A alfabetização foi um dos apelos na fase republicana. Esses fatores contribuíram para a transformação de uma imprensa artesanal em uma grande empresa, que encontrou no periodismo um lugar ideal para relações mercantis, dando uma nova ordem para a imprensa. A propaganda passa a ser um meio recorrente, ajudando nos custos dos jornais e auxiliando as pequenas empresas a alcançarem mais consumidores.

Houve a profissionalização das empresas de comunicação e da prática jornalística, que favoreceu também o crescimento das empresas brasileiras. Os jornais continuavam com suas crônicas e páginas literárias, em um período que reuniu grandes nomes como Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Sérgio Buarque de Hollanda (RÊGO, 2019). Desenvolveu-se a prática de cobertura de guerra com a grande cobertura da Guerra de Canudos, registrada na obra pioneira “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. No entanto, a tão almejada liberdade de imprensa na República sofre, já no seu primeiro ano, o primeiro obstáculo: o governo provisório decretou censura à imprensa em seu Artigo 1º:

Art.1º- Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo: que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar [...] serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição (ELEUTÉRIO, 2018, p. 41).

É um período também de união e ascensão da classe operária, que também se utiliza dos jornais como ferramenta de luta pelos direitos. Essa classe retratava, a partir de seus jornais, as relações de trabalho no interior das fábricas, expondo e tornando públicos problemas sociais não debatidos pelos grandes jornais. É um segmento do fazer jornalístico que nasce dos próprios operários, carregando consigo um forte discurso político, em contraponto ao Brasil estampado pelas revistas de variedade. O jornal se tornaria o mais eficiente meio de comunicação entre os associados, e os trabalhadores gráficos se destacaram na liderança da organização do movimento operário, exatamente por exigir a alfabetização (COHEN, 2018).

Foi na República Velha (1889 – 1930) que a imprensa se estabeleceu como grande empresa. Foi uma fase de profissionalização de diversos setores do jornal, com a formação de indústrias jornalísticas que mais tarde formariam os conglomerados de mídias (RÊGO, 2019). Podemos identificar a grande mídia como “a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (MARTINS; LUCA, 2018, p. 149). Contudo, em 1930 – período de destaque pela implementação do rádio – houve a Revolução de 1930, que depôs o então presidente Washington Luís, impediu a posse de Júlio Prestes e culminou em um golpe que colocou Getúlio Vargas como presidente. Posteriormente, instaurou-se o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), intensificando a censura, principalmente com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão responsável por censurar todo material jornalístico.

O governo vigente compreendia a influência e o poder dos periódicos, portanto, o envolvimento de políticos nos jornais se intensificou, assim como a pressão para a divulgação de uma imagem positiva de personagens (RÊGO, 2019). Como exemplo de uma posição editorial pode ser mencionado o conglomerado de jornais de Assis Chateaubriand, importante figura para a comunicação e dono de pelo menos 26 jornais, 36 rádios e 18 emissoras, que auxiliou na propaganda de Getúlio, levando à sua volta à presidência em 1951. Outro fator que incentivou esse fazer jornalístico, que ainda continua presente nos dias de hoje, é o viés norte americano que apresentou o formato de *Lead*, a objetividade jornalística, a procura constante pela neutralidade, e o formato literário foi substituído pelo gênero opinativo (RÊGO, 2019). Podemos perceber através dessas relações as intensas ramificações dos veículos de

comunicação e como se faziam presentes no cotidiano dos brasileiros, influenciando na percepção política e social de leitores e ouvintes.

É a partir desses conglomerados que, em meados de 1960, quando a televisão passa a ser popular e o debate político é deixado de lado para se priorizar o entretenimento, que donos de empresas de comunicação e a classe alta conservadora auxiliaram na campanha do regime militar (RÊGO, 2019). Foram responsáveis pela articulação do golpe de 64, que tirou João Goulart do poder, com base na justificativa de uma suposta preocupação com os rumos do Comunismo no Brasil.

### **1.6. Ditadura militar e o Jornalismo Alternativo: a execução de jornalistas**

Outro período importante para a formação do jornalismo brasileiro, assim como para as incitativas jornalísticas independentes, foi a implementação da ditadura militar em 1964, vigente durante 21 anos, que colocou quatro militares no poder sem o voto popular. Foi constituído no mesmo ano o primeiro Ato Institucional (AI), que mudou toda a estrutura da Constituição do país, sem consultar o Congresso – ao todo foram 17 AI (RÊGO, 2019).

Um dos mais severos Atos foi o AI-5, 1968 que, entre suas consequências, destacava-se por: permitir ao presidente o poder de fechar o Congresso Nacional e de intervir diretamente nos Estados e Municípios; censurar previamente filmes, jornais, programas e músicas; definir como ilegais as reuniões políticas sem o conhecimento da polícia, entre outros (BRASIL, 2017). Em 1967, foi lançada a Lei da Imprensa que, no Capítulo I, ressaltava:

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Govêmo poderá exercer a censura sôbre os jornais ou periódicos e emprêsas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida (LEI DA IMPRENSA, 1967).

A partir de um discurso de uma pretensa manutenção da moral da sociedade brasileira – os costumes da família tradicional brasileira – o Governo do regime ditatorial impedia conteúdos nos jornais que, segundo ele, seriam impróprios, além de trabalhar com a premissa de um possível ataque comunista – o medo comunista (RÊGO, 2019). Para tanto, além dos Atos Institucionais, o governo distribuía manuais com normas de funcionamento e publicação para as redações, proibindo notícias e textos que “desmoralizassem” o governo, como, por exemplo, as publicações de pensamentos políticos de oposição, críticas ao Governo militar e seus Atos

Institucionais. Por isso, nesse período de forte repressão, os jornalistas conviviam nas redações com policiais responsáveis por avaliar e levar os textos para o órgão de censura oficial (Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal), mudando drasticamente a funcionalidade dos jornais, atrasando prazos de edição e datas de publicação (RÊGO, 2019).

Foi um período em que muitas revistas e jornais de iniciativas independentes ou alternativas, que tinham seu foco no debate político, partidário ou de classes, pararam de circular. Em contrapartida, os militares no poder viam nos jornais uma oportunidade de legitimar o governo militar, divulgando uma imagem de um Brasil próspero (milagre econômico). Assim, fizeram grandes investimentos em redes de comunicação como a rede Globo, a qual recebeu recursos técnicos que facilitaram a liderança no mercado comunicacional até hoje (RÊGO, 2019). No entanto, o regime militar foi um momento também de maior expressividade dos jornais independentes. Segundo Kucinski (1991), nesse período, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos, que tinham como marca “a imposição intransigente ao regime militar” (KUCINSKI, 1991. p. 5). Pode-se compreender, a partir da perseguição pelo aparelho ditatorial que esses jornais sofriam - o motivo de a ditadura ser lembrada também pela tortura de jornalistas - atentados a bomba, invasões, prisões, violência e morte.

Essas iniciativas independentes que, segundo Kucinski (1991), ficaram conhecidas como imprensas alternativas ou nanicas (chamadas de nanicas pelo formato em tabloide, adotado pela maioria dos jornais alternativos), foram espaços de duras críticas e denúncias contra a repressão e o golpe militar. O termo alternativo, segundo o mesmo autor, contém quatro dos significados essenciais desse tipo de imprensa: algo que não está ligado a políticas dominantes; uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; única saída para uma situação difícil; e o desejo das gerações dos anos 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que defendem. Dessa forma, em contraste com o consentimento da grande imprensa para com a ditadura miliar, os jornais alternativos cobravam duramente a restauração da democracia, “divulgando textos “fugazes” a respeito dos direitos humanos e criticavam o modelo econômico” (KUCINSKI, 1991, p. 09).

Esses jornais se diferenciavam do discurso triunfalista do governo militar, reproduzido nas páginas e nos comerciais da grande imprensa, produzindo, assim, um discurso alternativo que se opunha ao discurso oficial. Revelaram novos personagens e cenários do Brasil daquela época, protagonizando os boias frias, os movimentos populares e as discussões políticas da esquerda (sobre revolução, táticas e estratégias de oposição) (KUCINSKI, 1991). De acordo com Kucinski, o jornalismo alternativo foi o pivô das lutas de classe contra o regime ditatorial, mantendo um caráter de combate político-ideológico à ditadura, na procura por mudanças

estruturais, criticando o capitalismo, “deixando clara a aversão ao modelo capitalista do jornalismo e repudiando o lucro como norte da profissão” (KUCINSKI, 1991, p. 10).

Ainda segundo Kucinski (1991), pode-se dizer que surgiram, no período militar, duas grandes classes de jornais alternativos: uma, que seguia a linha de valorização nacional e popular e outra, dos jornalistas que repudiavam o autoritarismo. Também, conforme o mesmo autor, é possível dizer que existia uma outra classe de jornais, os que seguiam o movimento norte-americano da contracultura, do anarquismo e do existencialismo de Sartre. Portanto, o autor considera que “dada a censura e a complacência das grandes mídias, os jornais alternativos políticos foram os únicos na imprensa a perceberem os perigos do endividamento externo ainda em 1973” (KUCINSKI, 1991, p. 10). Nesse processo, destaca-se o líder, que segundo o autor, é uma espécie de jornalista-alma, que mantinha os objetivos ideológicos do jornal, impulsor jornalístico do apelo revolucionário, formando os jornais como instrumentos de resistência.

Portanto, a ditadura, mesmo condenando o jornalismo à censura, foi um período que alimentou o desejo voraz dos jornais de publicarem cada vez mais. Esse período traça, então, uma demarcação entre a imprensa tradicional e a imprensa alternativa no Brasil, por terem papéis claramente opostos, com princípios divergentes. Os jornais alternativos, no período de repressão e autoritarismo da ditadura, foram os responsáveis por criar um espaço público alternativo (KUCINSKI, 1991). Entretanto, opor-se ao governo deixou de ser exclusivamente da imprensa alternativa. Após a anistia, a oposição passa a ser apropriada pelos grandes jornais, que criam espaços e funções de debates sociopolíticos, esvaziando as redações dos jornais alternativos (KUCINSKI, 1991). Como afirma o autor:

Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações ou a tentativa, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção de uma contra hegemonia ideológica do que no campo conjuntural da resistência à ditadura (KUCINSKI, 1991, p. 12).

A imprensa alternativa, durante a ditadura, assemelha-se em seus ideais à imprensa panfletária e anarquista do Império, “assumindo uma função social de criação de um espaço público reflexo, contra hegemônico” (KUCINSKI, 1991, p. 10).

Após longos 21 anos de ditadura, em 1988 é instaurada uma nova Constituição. Diferente do que todos imaginavam do que seria um Estado democrático, a questão financeira e econômica tomou conta do país, enfrentando uma inflação altíssima e com diversas tentativas de planos econômicos. O jornalismo teve um papel importante nesse período: dada sua presença

na televisão, teve a missão de explicar à população sobre economia, reajustes e pagamentos (RÊGO, 2019).

### **1.7. A Redemocratização e a procura pela Democracia**

Como pudemos ver nos subcapítulos anteriores, o Brasil caminhou durante muitos anos governado por um Império e um Estado autoritário, passando por duas ditaduras que custaram ao povo brasileiro viver alguns anos sob repressão e retrocesso. O mesmo valeu para os jornais e jornalistas que viveram e procuraram exercer a profissão em meio a rigorosa censura. Tanto a população brasileira, quanto os profissionais do jornalismo, batalharam durante esses anos pela procura constante da democracia. Portanto, consideramos que, desde 1988, com a nova Constituição, o Brasil vem lutando pela democracia, dado que a experiência de um Estado democrático aqui ainda é jovem (RÊGO, 2019) e as mudanças sociopolíticas ainda ocorrem de formas drásticas.

Com o fim da ditadura e o começo de um Estado democrático, o jornalismo passou por uma modernização, fruto de grandes investimentos. A profissão e os veículos de comunicação já vinham fomentando uma parte significativa da economia nacional. Os veículos, através da televisão e do rádio, encontraram novas maneiras de informar, mas também passaram a ser palco para a divulgação de propagandas, seguindo uma lógica capitalista que vinha se intensificando no país. Portanto, essa lógica gerou mudanças técnicas e gráficas, “é um período que o jornalismo passa a assumir uma postura mercadológica e a notícia começa a funcionar como produto” (RÊGO, 2019, p. 32). Devemos considerar que esse período marca também quando as grandes empresas de comunicação, vigentes e poderosas até os dias atuais, passaram a monopolizar a comunicação brasileira. Essa relação de poder das grandes empresas de comunicação colocou em prática uma nova dinâmica, a da competitividade entre os veículos de comunicação (RÊGO, 2019).

Um caso desse período de redemocratização a ser considerado é o de Fernando Collor, que se tornou presidente, principalmente pela construção midiática de alguns veículos que apoiavam e disseminavam a imagem do, até então, candidato à presidência, como um homem jovem, intelectual, bem-vestido e de liderança (RÊGO, 2019). Foi então, após a primeira eleição direta pós-redemocratização, em 1990, que Collor assume a presidência. Esse é um caso que mostra a força da imprensa na construção de uma agenda pública, elencando aquilo que é considerado pelo veículo como de extrema importância, e aquilo que é deixado de lado, como não tão relevante para a sociedade. Ao optarem por divulgar uma imagem totalmente positiva

do candidato, os veículos deixaram de lado outros fatores, que também eram de interesse público. Portanto, podemos considerar que se trata de um trabalho ideológico, por levarmos em conta que o trabalho do discurso está ligado a um campo sócio-histórico-ideológico onde a memória e o esquecimento funcionam ao mesmo tempo. Como afirma Orlandi (2001, p. 49), “é justamente quando esquecemos quem disse [...] quando, onde e porquê, que o sentido produz seus efeitos”.

Dadas as estratégias utilizadas pelo político, principalmente a partir do apoio midiático, Fernando Collor se tornou o presidente mais jovem do Brasil. Mas essa vitória do voto popular e democrático logo teve seu desfecho. Assim que assumiu o poder, propôs medidas de congelamento, aumentou os impostos e bloqueou, durante 18 meses, os saldos das contas correntes de milhares de brasileiros. Isso gerou uma insatisfação popular, e os jornais, que antes apoiaram a candidatura do presidente, voltaram-se contra ele, denunciando casos de corrupção (RÊGO, 2019). Em 1992, também através do esforço de jornalistas, quase houve no Brasil o primeiro Impeachment, mas Collor renúncia e deixa o cargo.

Esse episódio nos mostra o poder do jornalismo na tomada de decisões e sua relação com a opinião pública. Em um primeiro momento, contribuiu para a eleição e, depois, dada a insatisfação das empresas de comunicação, junto com o apelo popular, trabalhou para tirá-lo do cargo. Isso mostra, não necessariamente o comprometimento das empresas com o dever jornalístico de informar e trabalhar para a população, o que deveria estar em primeiro lugar, mas o comprometimento com as questões econômicas e com as demandas mercadológicas, quando as divergências entre o jornalismo e o político afetam as empresas comunicacionais.

Em 1995, entra na presidência Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que se manteve por dois mandatos. O período de FHC na presidência significou, para o jornalismo, um momento de privatização dos setores de telecomunicação e na criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Segundo Rêgo, esse período foi “impulsionador da oligopolização do setor da comunicação” (RÊGO, 2019, p. 32), isto é, o controle dos veículos de comunicação hegemônicos concentrados em grupos de poucas pessoas.

A gestão seguinte foi a de Luís Inácio Lula da Silva, também por dois mandatos consecutivos, que, por ser mais próximo de um viés de esquerda, fez colocações importantes sobre uma comunicação descentralizada e democrática. Seus principais feitos em relação à comunicação foram: a digitalização da TV, o debate sobre a democratização dos veículos de comunicação, a criação da Agência Nacional para o Cinema e Audiovisual (Ancinav) e o Conselho Nacional de Jornalismo (CFJ). Ambos os projetos de órgãos públicos foram desmantelados após o governo de Lula, dificultando a aplicação da ideia de descentralização e

de democratização da comunicação no Brasil (RÊGO, 2019). Em 2006, ainda no mandato de Lula, o Supremo Tribunal Federal (STF) derruba a exigência de diploma para o exercício da profissão como jornalista, que se deu pela disputa judicial, afirmando inconstitucionalidade pela maioria dos ministros que julgaram que a exigência seria um obstáculo para a liberdade de expressão.

Já o mandato seguinte vem com sua sucessora de partido, Dilma Rousseff, em 2011. Não houve grandes mudanças sobre a comunicação embora tenha ocorrido um aumento de rádios comunitárias e TVs educacionais e o desligamento do sinal analógico para o sinal digital (RÊGO, 2019). No entanto, pouco depois de assumir a presidência em seu segundo mandato, quarto do Partido dos Trabalhadores (PT), a presidente sofre o processo de *Impeachment* e é destituída do cargo no dia 31 de agosto de 2016. Esse processo de *Impeachment* teve contribuição fundamental do jornalismo das grandes empresas de comunicação (GONÇALVES, 2018). A cobertura sobre o processo foi ampla, sendo noticiada quase todos os dias, transformada em capas de revistas e alcançando um número imenso de pessoas que assistiram ao vivo a votação da câmara dos deputados federais, o que foi um marco para a história brasileira e para história do jornalismo brasileiro (GONÇALVES, 2018).

Após a destituição de Dilma Rousseff, assume a presidência o seu vice, Michel Temer. Entre as medidas, Temer modificou o Ministério das Comunicações e o incorporou à pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Não tarda para Michel Temer perder sua força, já que a popularidade nunca estava ao seu lado. O então presidente sofre com ataques da imprensa e da população, com cobertura sobre escândalos, e se torna alvo de protestos (GONÇALVES, 2018). Em 2017, quando é fomentado o debate sobre o Governo Temer, outro personagem, que viria a ser candidato, encontra em um Brasil dividido, uma oportunidade para se eleger. Jair Messias Bolsonaro, passa a aparecer cada vez mais através das redes sociais, de entrevistas em programas de televisão, entre outros. Em 2018, época de eleição, não compareceu a nenhum debate político, mesmo assim, era um dos favoritos para os votos. Isso pode ser um resultado das estratégias mercadológicas, que após sua candidatura como presidente, acabam sendo descobertas: o gabinete da *Fake News*, é um exemplo (RÊGO, 2019).

Com a candidatura de Jair Bolsonaro, de extrema-direita, como presidente em 2018, alguns dos seus princípios passaram a ser um lema, ou uma bandeira, do seu mandato, que fazia questão de levantar a todo momento. Exemplo dessa afirmação é o constante ataque às imprensas, seja elas quais forem, e aos profissionais do jornalismo. A tentativa de descredibilizar uma profissão que vem se construindo desde os princípios da construção de uma

sociedade propriamente brasileira acabou gerando um embate entre os poderes – o político e o jornalismo – e esse fator é interessante para o atual governo, dado que tem feito ataques principalmente ao direito à informação.

Portanto, no início de 2020, tivemos no Brasil um presidente, que assim como Trump, nos EUA, fomentou a extrema-direita no país e teve como principal posicionamento, frente ao começo da pandemia do coronavírus, o negacionismo. Logo, descredibilizou o aviso dos jornais que noticiavam os casos de Covid-19 nos outros países e ignorou o discurso científico, recomendando não usar máscaras, contrariando o fechamento dos comércios, desencorajando o isolamento social e indicando cloroquina – comprovada cientificamente como ineficaz - como forma de tratamento “precoce”.

Podemos considerar que se configurou como um ataque à democracia, dado o papel importante do jornalismo para a garantia do direito de informação<sup>4</sup>, e dessa forma, o direito às políticas públicas para a população. O presidente acabou criando um embate de discursos ao atacar não apenas os veículos, mas a informação destinada à sociedade sobre o coronavírus, ao desmerecer ou chamar de mentiras os fatos noticiados. Foi, portanto, também um ataque à saúde pública, tanto por ignorar o perigo da contaminação e da proliferação do vírus, quanto pelos escândalos de falta de repasse das verbas para o combate à pandemia, atitudes essas que acarretaram o que podemos ver em janeiro de 2022: o Brasil como o 3º país com maior número de mortes por COVID-19 no mundo<sup>5</sup>.

No que diz respeito às políticas públicas, consideramos que é uma forma de conquista constante para e da sociedade brasileira. Trata-se das demandas setoriais da comunidade sendo consideradas pelo poder administrativo, representado, muitas vezes, por sujeitos ativos como, por exemplo, políticos, professores, jornalistas etc. As políticas públicas, portanto, podem ser consideradas como o conjunto de ações do Estado, geralmente direcionadas as questões sociais, como forma de diminuir as desigualdades e promover o crescimento econômico da nação, sendo as mais conhecidas as políticas de educação, saúde, assistência social, transporte e habitação (SANTOS, 2009). Podemos observar que o jornalismo lida também com as políticas públicas em comunicação, uma vez que atua na construção e na manutenção das demandas sociais. Isso se torna possível pelo fato de o jornalismo ter uma relação de troca com o público leitor e espectador, que torna possível elencar as demandas da opinião pública juntamente com o que

---

<sup>4</sup> O acesso à informação é um direito fundamental previsto no ordenamento jurídico brasileiro no art. 5º inciso XXXIII, bem como no inciso II do § 3 do art. 37 e no § 2 do art. 216 da Constituição Federal de 1988.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em: 5 jan. 2022.

está sendo debatido e aprovado nas câmaras políticas responsáveis pela aplicação e criação de leis. Os veículos de comunicação são, assim, mediadores, mas também agentes dessa relação conflituosa entre lei e demanda pública (SANTOS, 2009).

Esse embate entre o discurso político e o discurso jornalístico tem cada vez mais se acirrado com o atual governo e, dessa forma, colocado em xeque a credibilidade das grandes empresas de comunicação, além de toda uma atividade profissional. Portanto, o advento da internet e a constituição de sites de notícia abriram espaço para a protagonizarão de novas iniciativas e atividades jornalísticas, que encontraram no ambiente digital um terreno fértil para a reutilização de técnicas jornalísticas em novos formatos e com novos modos. Para compreender esse cenário, devemos antes considerar algumas das técnicas utilizadas pelo jornalismo tradicional e hegemônico, já que essas técnicas fomentaram a profissão e são utilizadas até hoje pelas empresas.

## **2. JORNALISMO TRADICIONAL, JORNALISMO INDEPENDENTE E O AMBIENTE DIGITAL: FORMAS DE RECUPERAR A CREDIBILIDADE EM CRISE**

O jornalismo apresenta-se como objeto deste capítulo. Passamos durante os capítulos históricos pelos caminhos que o jornalismo tomou para se formar como a organização/empresa/instituição que conhecemos hoje. Através desses capítulos, podemos compreender como surgiu essa atividade até se tornar uma profissão. Também foi possível atentar para as divergências de segmentos dentro do próprio jornalismo, assim como para a constituição de algumas empresas de comunicação com um viés mercadológico e outras de caráter alternativo/independente, que procuram propor mudanças na sociedade. Sabemos, portanto, que a prática jornalística é ampla e vem durante anos se constituindo de técnicas, regras, modos e gêneros, trabalhando diretamente com o interesse público e lidando com a opinião pública. Como destaca Schwaab (2007, p. 12) ao abordar o jornalismo, “convém sublinhar que ele, enquanto sistema organizado, traz em si a marca de ser disseminador de leituras de mundo, transformadas em discurso”.

Portanto, hoje, como grande empresa e como área do saber, o jornalismo possui técnicas próprias para a formulação das notícias, reportagens, matérias televisíveis, jornais etc.: a seleção das notícias é feita por meio de critérios e estratégias que fazem parte da rotina profissional do jornalista e da formulação de reportagens e outros formatos de texto, como iremos abordar adiante. É uma profissão, mas também uma cultura que faz parte da cultura em geral e está suscetível a transformações (SCHWAAB, 2007).

Quando nos referimos ao jornalismo tradicional, tratamos do fazer jornalístico que se instaura como “oficial”, aquele que tem suas regras, normas, manuais e técnicas bem definidas. Podemos dizer que também se trata das grandes empresas de comunicação, daquele jornalismo que resgatamos no caminho histórico, que encontra espaço para crescer em meio aos regimes autoritários, através de consentimentos, como é o caso da rede Globo durante a ditadura. Mas também se trata das grandes empresas globais, que fazem um amplo serviço de informação, através dos canais abertos, que dispõem de toda uma prática de anos no ramo e com novas tecnologias informacionais. É a partir da existência desse jornalismo tradicional, que procuramos, por meio das transformações (digital e embate político atual), compreender como os formatos de jornalismo se adaptam e seguem legitimando diferentes práticas jornalísticas independentes e/ou digitais. O TIB, sobre o qual nos debruçaremos no próximo capítulo, é um exemplo dessas iniciativas.

Por nos dispormos a compreender a formulação do jornalismo independente do TIB, devemos, antes, debater algumas técnicas do jornalismo que serão abordadas novamente durante a análise do nosso objeto. Além disso, ao explanarmos algumas das técnicas utilizadas pelos veículos tradicionais, podemos debater outro assunto que nos interessa e que deixamos mais para tratar mais adiante neste capítulo: o avanço e a quebra das técnicas jornalísticas com o advento da internet na procura para rever a credibilidade jornalística. Portanto, aqui debateremos termos muitos comuns nas aulas de jornalismo e nas redações, como: lead, pirâmide invertida e valores-notícia.

Essas técnicas mencionadas seguem o modelo (norte) americano de jornalismo, relacionadas à incessante busca pela objetividade na produção de notícias, partindo do pressuposto de que esta daria aos veículos jornalísticos a credibilidade que procuravam através da confiabilidade do público de que estariam falando a “verdade” ou mostrando a “realidade” como ela de fato é. Também, tinham a proposta de romper com os relatos de opinião e de posição política e ideológica, de modo a padronizar essa forma objetiva de relato jornalístico (TRAQUINA, 2005). Portanto, existem dois grandes pilares na construção da notícia, que são: a) o *lead*: é uma máxima do jornalismo moderno, utilizado frequentemente como forma de padrão. Vem substituir o nariz de cera – texto introdutório longo e normalmente opinativo, que antecedia os acontecimentos, como forma de ambientar o leitor – e procura apresentar ao leitor os principais acontecimentos, de forma resumida, no primeiro parágrafo do texto, respondendo às perguntas: como, quando, quem, o que, quando, onde, por quê; b) a pirâmide invertida: é como uma fórmula, que organiza o texto jornalístico, colocando o relato das informações em ordem decrescente de importância, começando pelos dados/fatos considerados principais e deixando para o final os considerados menos importante para a compreensão da notícia (TRAQUINA, 2005). As reportagens, por outro lado, até podem utilizar dessas técnicas, porém diferentemente da notícia, que procura narrar acontecimentos factuais, que ocorreram no dia, de maneira a haver uma síntese, a reportagem busca se aprofundar em um assunto não necessariamente factual, mas com um certo grau de relevância para a população. No entanto, seguem um fator relevante para a construção noticiosa, que é a delimitação da pauta, imposta ao sujeito/jornalista, que define o que o repórter vai produzir, logo, há um direcionamento prévio da matéria.

Outro fator, que faz parte das técnicas ainda bastante utilizadas pelos jornais, é o valor-notícia. Como cita Traquina (2005), “Os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (BORDIEU, 1997, p. 12 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 77). Logo, consideramos

que o valor-notícia está presente durante todo o processo da produção jornalística, desde a seleção do que será transformado em notícia, dos acontecimentos mais importantes, das fontes e dos critérios dos jornalistas, até no processo de construção da notícia, que é a linha que guia o jornalista para a apresentação dos fatos (TRAQUINA, 2005). Porém, por parte do jornalista, devemos ter em mente a presença da ideologia na hora da seleção dos aspectos que aparecerão no texto, como afirma Orlandi “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente” logo “pela ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 20). É devido a técnicas como essa que podemos considerar o jornalismo como um sistema perito, isto é, que detém técnicas e competências específicas para produzir a notícia (SCHWAAB, 2007). Com base na utilização delas, é possível construir vínculo com o público leitor, por meio do voto de confiança e de o veículo possuir um “patrimônio imaterial” (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 46): a credibilidade, que pode vir da capacidade do veículo de atender às expectativas informativas do público.

Todavia, como comentamos no final do capítulo anterior, atualmente estamos vivendo mais uma crise de credibilidade no setor jornalístico e podemos apontar como uma das possíveis causas, entre tantas, a incapacidade de cumprir com o contrato público, ou seja, aquele que trata da confiança depositada nos meios pelo público, como principal modo de se informar, tomar decisões e/ou construir valores (CHRISTOFOLETTI, 2019). Outra possível razão é a própria crise financeira dos meios de comunicação. Com a consolidação da internet, dos sites e redes sociais no cotidiano dos sujeitos, as empresas anunciantes passam a buscar formas mais eficazes de alcançar o interesse mercadológico, procurando novas mídias (CHRISTOFOLETTI, 2019). Por fim, com o advento da internet e a constituição de sites e meios digitais, podemos afirmar que a cultura como um todo vem sofrendo transformações recentes, rápidas e diversas, que até uma cultura profissional estabelecida, como o jornalismo tradicional, sofre em se adaptar (ANDRÉ, WINGUES, 2019). É em decorrência desses novos desafios e dilemas, que vemos surgir novas práticas utilizando de modelos jornalísticos nas mídias digitais, que resgatam, através da historicidade do jornalismo, práticas que também procuram legitimar e retomar a credibilidade do jornalismo. Portanto, no próximo capítulo nos debruçaremos sobre o jornalismo independente digital, com foco no The Intercept Brasil.

## **2.1. A oportunidade de um jornalismo independente digital**

Ao discutirmos, nos capítulos anteriores, a formação de uma imprensa brasileira, desde sua concentração nas mãos do Império e da Igreja, ou através de grupos com algum grau de proximidade – vizinhança, parentesco e/ou filiações políticas – até a redemocratização, que

concentrou o poder midiático na mão de famílias, políticos e grupos religiosos até os dias atuais, podemos notar que a imprensa tradicional tomou sua forma mercadológica com personagens poderosos da sociedade como financiadores, acionistas, tornando-se grandes conglomerados de mídia (RÊGO, 2019).

Com a constituição das mídias digitais no cotidiano de boa parte da população, agora globalizada, com a ideia de acessos ilimitados à diferentes culturas e sujeitos, representados no digital, as relações interpessoais e a própria individualização do sujeito em sociedade se alteram. Como afirma Cristiane Dias (2015, p. 25), “uma nova era anunciada”, ou seja, as “expectativas de uma transformação foram sendo produzidas ideologicamente pelo discurso do ápice do ‘avanço tecnológico’”. É nesse meio, como diz a mesma autora, em que “a informação digital, tem se estabelecido, por meio das tecnologias digitais, como matéria-prima fundamental para as bases do mundo” que nos interessam os processos de informação no site do nosso objeto de estudo, para compreendermos “o processo discursivo da informação” (DIAS, 2015, 21).

Com as mudanças constantes que o digital traz para a sociedade atual, com as cobranças da opinião pública e por haver um confronto atual entre os discursos político e jornalístico acabou gerando no cenário brasileiro uma crise no modelo de negócios e também de legitimidade e credibilidade do jornalismo tradicional. Portanto, contrariando a lógica dos conglomerados e mídias hegemônicas – ou seja, mídias supremas, com influência preponderante a nível nacional – surgem novos coletivos jornalísticos no ambiente digital, que procuram, nesse local da internet, ultrapassar o antigo modelo de negócios do jornalismo tradicional, dando novos formatos às práticas comuns à profissão. Isso é possível, principalmente, pelo alcance comunicativo que as mídias digitais têm de chegar ao público e pelas iniciativas independentes, sem fins lucrativos, que conseguem nesse meio a quebra de padrões mercadológicos seguido há anos pela imprensa (RÊGO, 2019).

A nível de contextualização, para pensarmos sobre as modificações na produção e na circulação de informações através da cobertura e da comunicação no digital, relembremos as manifestações de Junho de 2013, pela redução das passagens, que teve uma ampla cobertura dos eventos e a criação de diversos tipos de conteúdo (vídeos, publicações informativas, fotos, divulgação de agendas etc.) por parte de coletivos independentes – com um grande destaque para a Mídia NINJA, que cresceu bastante após essas coberturas – que têm seu principal veículo nas redes sociais, tornando esses espaços em praças públicas para o debate e a informação, gerando uma mobilização social a partir das redes (RÊGO, 2019).

Portanto, o jornalismo digital faz a cobertura dos acontecimentos de forma distinta de como se fazia no jornalismo até então. É possível observarmos essa mudança pelos desafios

enfrentados na área, ao se adaptar ao digital, por propor novos dilemas e desafios mercadológicos, mas principalmente, para os jornalistas. É comum, no mundo profissional do jornalismo, um encontro com outras áreas do saber em prol da informação, para noticiar ou desenvolver reportagens focadas em assuntos específicos, podendo ir para ciência, geopolítica, entre tantas. Por isso, devemos considerar que, em menos de duas décadas, os profissionais passaram a necessitar de conhecimentos sobre redes sociais e dispositivos móveis, confrontaram-se com novas formas de produção de notícias, mais dinâmicas e estruturadas por meio de estratégias de produção e divulgação de conteúdos multimídias (ANDRÉ, WINGUES, 2019). Cresce também a repercussão das *Fake News*, que se tornam comuns nas redes, criando uma necessidade de aperfeiçoar a confrontação com as notícias falsas, por meio de práticas e aparatos específicos dos profissionais de jornalismo.

A internet possibilita uma migração em massa das mídias independentes para um formato digital, contando com redes sociais diversas (YouTube, Facebook, Instagram etc), hoje majoritariamente presentes em páginas de sites como portal oficial desses coletivos comunicacionais (RÊGO, 2019). As mídias hegemônicas tentam também se apropriar desses espaços digitais, alterando rotinas, adaptando produtos e mudando narrativas, porém, segundo Lacerda (2016), podemos identificar que esse modelo tradicional do jornalismo está condenado a sua descredibilidade. Nessa tentativa compulsiva de acompanhar as mudanças que são tão rápidas e bruscas, acaba tornando os coletivos independentes como protagonistas de narrativas inovadoras. Aqui, abrimos espaço para uma discussão na Análise de Discurso, pois interessamos pensar a narratividade, como define Orlandi, como “o modo como a memória se diz” (ORLANDI, 2017, p. 207 *apud* DIAS, 2015, p. 156).

Quando nos referimos acima sobre os coletivos, optamos por atentar para a sua narratividade, pois algumas das práticas citadas acima estão inscritas na historicidade do fazer jornalístico, ou seja, carregam nas práticas atuais elementos históricos da sua constituição e do caminho até aqui. Portanto, ao dizermos que os coletivos independentes se apropriam das mídias digitais, tornando esses espaços “praças públicas” para o debate e a mobilização social, remetemos a uma memória e procuramos identificá-la em sua historicidade, observando seus compromissos políticos e ideológicos (ORLANDI, 2001). Logo, podemos considerar que a formação de espaços públicos de debate se trata de uma constante busca do jornalismo, que podemos dizer que é inerente à profissão, dada a liberdade de imprensa e o direito à informação, de atender às necessidades da sociedade e de haver uma responsabilidade social por parte do jornalista. Podemos identificar como parte das práticas independentes a própria oralização no período do Império, quando a Imprensa Régia era o órgão oficial de informação, regido pelo

Império português e pela Igreja, que as pessoas letradas procuravam emancipar uma parte da população através da leitura em voz alta em praças públicas, criando, como vimos, esse espaço fértil para a constituição de uma opinião pública.

Dessa forma, podemos dizer que o ambiente digital possibilitou a migração da imprensa independente, mas também de toda uma demanda característica dessa área em novos formatos, como, por exemplo, ao dizermos que há uma inovação dessas narrativas, estamos falando sobre a criação de um espaço que possibilita a diversidade de produções e representações de diferentes públicos da sociedade, retratando-os e produzindo-se conteúdos para eles, como a abordagem de novos personagens da sociedade – pessoas negras, LGBTQIA+, de classes sociais baixas e/ou marginalizadas –, nas produções jornalísticas (RÊGO, 2019). Portanto, considerando o valor-notícia, o jornalista também é responsável por separar os aspectos que julga serem importantes para a formulação de reportagens ou de colunas/artigos de opinião, práticas que carregam consigo as escolhas inconscientes, já que, ao escrever durante a produção, toma decisões e, sendo ele sujeito, está interpelado pela ideologia, fazendo ela funcionar a todo momento (ORLANDI, 2001). Podemos assemelhar as produções digitais às iniciativas independentes do tempo da monarquia, como apontamos no capítulo histórico sobre o segundo reinado, visto que foram inovadores os jornais e revistas que começaram a cobrir, já naquele período, as narrativas de personagens marginalizados da sociedade brasileira, como soldados, escravizados, mulheres, entre outros, o que gerou uma agitação na demanda social do período, fomentando o debate sobre a abolição da escravidão e a proclamação da República.

Não apenas na cobertura de novos personagens, a atividade independente em sua constituição assemelha-se a esses coletivos independentes no meio digital pela “autonomia no uso da linguagem e de uma postura editorial posicionada”, pois “apresentam um modelo considerado como um ponto de partida para a ascensão de um jornalismo possível e crítico, pensado para atender as demandas democráticas” (RÊGO, 2019, p. 35), como foram durante a ditadura, conhecidas como imprensa nanica ou alternativa (KUNCISKI, 1991). Essas iniciativas resgatam estilos antigos na produção independente de comunicação e informação, que foi o estilo panfletário e a caricatura, como vimos anteriormente. Trata-se de periódicos que circulavam aqui desde o Primeiro Império, que se utilizavam de novos personagens e de diferentes narrativas como forma de reivindicar os direitos civis, através da denúncia e imposição (MOREL, 2018). Também se trata dos jornais com posicionamento contra-hegemônico, como vimos na ditadura de 64. Portanto, é dessa forma que hoje podemos conceber o jornalismo independente no meio digital dentro de sua forma crítica.

Concordamos com Rêgo (2019) ao dizer que as iniciativas independentes existem no Brasil desde antes da chegada da família real. Essas iniciativas possibilitaram a produção de um jornalismo independente, atualmente, inserido no digital e com características próprias. Muitos dos coletivos nascem nas redes, como é possível acompanhar através de uma pesquisa da Agência Pública<sup>6</sup>, que procura mapear, desde 2016, essas produções no jornalismo, não ligadas a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. A agência reúne iniciativas independentes por todo o Brasil, apresenta, no último acesso, 82 iniciativas e tem como critério de seleção: 1. Organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; 2. Organizações que nasceram na rede; 3. Projetos coletivos, que não se resumem a blogs; 4. Sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (PÚBLICA, 2022). A partir do engajamento de grupos sociais diversos, na cobertura de manifestações e dos processos sociopolíticos, como em 2013 pelo preço da passagem; em 2014 com a Copa do Mundo no Brasil; em 2016 com o *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff; em 2018 com as eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro, a prisão de Lula durante o processo de candidatura. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, novos personagens sociais participam da produção comunicacional brasileira, logo, do jornalismo independente digital.

## 2.2. O panorama atual do conceito de Jornalismo Independente

Cabe a nós explicarmos o que compreendemos por “Jornalismo Independente”, principalmente em contraste com o panorama atual da nomeação das iniciativas como tal. Ao abordarmos o objeto como jornalismo “independente”, devemos considerar que esse termo carrega sentidos decorrentes de um imaginário social, que espera que deve ter em sua essência, o comprometimento social, contra-hegemônico, não ter interesses econômicos, sem vinculação com grandes empresas ou grupos políticos e estar desassociado das grandes empresas de comunicação (RÊGO, 2019). Destacamos que os veículos independentes não precisam atender especificamente todos esses traços, podendo haver financiamento ou influências e continuar sendo uma iniciativa independente e, ao mesmo tempo, fugirem de um sistema comercial, quando comparados com as atuais oligarquias comunicacionais. São, portanto, as iniciativas de comunicação contrárias aos monopólios vigentes, construindo um fazer jornalístico com algumas características próprias, maneiras para se manter e produções específicas de conteúdo.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#>. Acesso em: 20 nov. 2021

Há a distinção teórica entre os termos mídia “independe”, “alternativa”, “radical” e “comunitária”, importante para entendermos a escolha do termo “independente” para caracterizar essas iniciativas. Segundo Rêgo (2019), ao nos referirmos a uma mídia alternativa, devemos olhar para seu significado, que é “outra possibilidade ou opção”, logo, podemos considerar como uma opção contrária à mídia hegemônica. Como afirma Downing (2004), a mídia alternativa pode ser caracterizada pela cobertura e apuração de fatos que não estão presentes na narratividade das mídias convencionais. Outro termo recorrente é o de mídia radical, com uma visão contra-hegemônica que, ainda segundo Downing (2004), pode ser caracterizada como as iniciativas ousadas, com novas temáticas, formas e ferramentas, geralmente associadas a uma mídia ativista, resistente. Existe também a mídia comunitária que, garantida pela lei 9.612/98, a qual concede a permissão, através do Serviço de Radiodifusão Comunitária, para as agências criarem uma rádio voltada ao bairro, vila ou comunidade, com um raio permitido de 1km de alcance e com a participação dos cidadãos locais como produtores e também como personagens. Trata-se de um serviço público, de caráter comunitário no que diz respeito à cobertura mais próxima e centralizada, permitida por lei pela constituição, o que se difere das outras mídias citadas.

O jornalismo independente pode possuir esses traços comentados, mas não necessariamente todos, logo, tem a oportunidade de ser ativista, de resistência, mas não obrigatoriamente (RÊGO, 2019). Portanto, o termo “independente” pode ser mais abrangente para essas iniciativas que se encontram no ambiente digital, possuindo uma produção cultural da notícia e da reportagem de forma própria (RÊGO, 2019). Por fim, devemos ter em mente que a utilização do termo tem como principal motivação se diferenciar da produção tradicional, no que diz respeito ao seu viés mercadológico. Dessa forma, faz cumprir duas premissas básicas, mas importantes para a profissão jornalística, que muitas vezes não são seguidas pela grande mídia brasileira, são elas: a). Do capítulo V, artigo 220, § 5 Constituição Federal: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (Constituição Federal, 1988, capítulo 5)<sup>7</sup>; b). Do 2º Artigo do código de ética do jornalismo<sup>8</sup>:

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 5 jan. 2022.

<sup>8</sup> Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 5 jan. 2022.

- I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores.
- II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;
- III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;
- IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, é uma obrigação social.
- V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS)

Portanto, trabalhamos com a concepção de um jornalismo independente como forma de confrontar os fazeres tradicionais, a lógica mercantil e propor maneiras diferentes de informar, engajar e tornar a comunicação um lugar público de debate. Comprometidos com o dever social da profissão, com o código de ética, a fim de aprimorar o papel do jornalista na sociedade, sempre contrário a qualquer forma de censura, utilizando a profissão como meio eficaz de informar e cobrar a aplicação das políticas públicas, que concebemos o próximo subcapítulo para conhecermos o objeto desse trabalho, o coletivo The Intercept Brasil (TIB), que se autodenomina independente e vem fazendo um trabalho jornalístico ativo no Brasil e nas mídias digitais desde 2016.

### 2.3. O coletivo The Intercept Brasil

Antes de vir para o Brasil e montar o veículo de comunicação independente, Glenn Greenwald, que, na época, trabalhava no jornal britânico *The Guardian* ficou conhecido pelas reportagens que abalaram os Estados Unidos da América (EUA), assim como o mundo: Edward Snowden, ex-analista da CIA (em português, Agência Central Inteligência), procura o jornalista para revelar um esquema americano de vigilância global, feito pela Agência de Segurança Nacional dos EUA. Nas reportagens, é revelado que os EUA vigiavam e coletavam dados de ligações, fotos, vídeos, e-mails, entre outros, de vários líderes e personagens políticos, tanto no país quanto espalhados nas nações – um esquema de espionagem. Os jornalistas que estiveram à frente das reportagens sobre o caso foram: Glenn Greewald, Laura Poitras e Jeremy Scahill. Posteriormente, foram convidados, em 2014, pelo empresário Pierre Omidyar, fundador do Ebay (famoso site de compras) para financiar um coletivo de mídia especializado em denúncias, produzindo um jornalismo investigativo crítico, como foi feito nas reportagens anteriores. Nasce então, o The Intercept (TI), que no português significa Interceptação.

Mas, diferentemente do que parece, o fundador da Ebay financia o coletivo através da organização sem fins lucrativos First Look Media<sup>9</sup>, logo, por mais que seja um empresário capitalista, investe através da organização citada em diferentes iniciativas independentes. Nesse caso, Omidyar preferiu investir em uma nova ideia comunicacional fora do eixo comercial. Com as reportagens sobre o esquema de espionagem dos EUA, Greenwald venceu um prêmio Pulitzer em 2014 e, em 2015, foi o primeiro estrangeiro a conquistar o Prêmio Esso de Reportagem, exatamente pela cobertura sobre o esquema de vigilância no território brasileiro. Suas reportagens comprovaram que a então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, estava sendo monitorada. Podemos considerar o fundador do TIB, como afirmava Kunciski (1991), quando falava sobre as iniciativas alternativas e independentes na época da ditadura, como o jornalista-alma, o líder do coletivo, que mantém os objetivos ideológicos do veículo, como impulsionador e entusiasta jornalístico.

É em 2016 que o jornalista traz uma versão brasileira do jornal britânico TI e cria a versão brasileira, The Intercept Brasil (TIB). Como sabemos, em 2016, acirrava-se a problemática da crise política e econômica no Brasil, caminhando para a votação do *Impeachment* da ex-presidente Dilma. Ocorriam também as Olimpíadas no Brasil e as manifestações de rua aconteciam periodicamente. Também foi o período de uma emergência das mídias estrangeiras que migravam para o Brasil, como a BBC, por exemplo. É nesse cenário de conflito político, que o líder do TIB, Greenwald, que já vivia no Brasil e tinha um contato com a produção jornalística daqui, junta uma equipe de jornalistas e começa as primeiras publicações do TIB.

Mantendo as raízes investigativas do modelo britânico, o viés proposto pelo veículo veio a ser contra-hegemônico, distanciando-se das produções tradicionais existentes aqui, dando uma cobertura que defendia uma posição contrária ao que era veiculado na imprensa. A média de reportagens gira em torno de 15 por mês, o que caracteriza essas produções menos factuais e mais dedicadas a reportagens de profundidade (RÊGO, 2019). Na matéria de boas-vindas do TIB<sup>10</sup>, Greenwald ressalta o que podemos considerar os princípios do seu projeto editorial:

Acreditamos que a sede por um jornalismo mais independente, pluralístico e destemido vai além da crise política pela qual passa o país. Ao simplesmente ignorar grande parte da população, os grandes veículos de comunicação brasileiros mascaram os principais desafios sociais e econômicos presentes, assim como a diversidade de opiniões e movimentos existentes no país (GREENWALD, 2016).

<sup>9</sup> É uma empresa multimídia que financia iniciativas independentes em jornalismo, cultura, arte, cinema e entretenimento.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Após as eleições presidenciais dos EUA, em 2020, Greenwald sai definitivamente do TI e se dedica ao TIB. Atualmente, com a sede do TIB no Brasil, conta, na sua redação, com a participação de 26 jornalistas brasileiros, como editor-executivo o jornalista Leandro Demori, a editora chefe Betsy Reed e o editor cofundador Jeremy Scahill. Além da cobertura política, o veículo independente cobre também segurança nacional, liberdades civis, meio ambiente, assuntos internacionais, tecnologia, justiça criminal, entre outros<sup>11</sup>. Em junho de 2019, é publicada a primeira reportagem de uma série chamada Vaza Jato, a respeito do vazamento de conversas entre o promotor Deltan Dallagnol e juiz Sérgio Moro, integrantes da Operação Lava Jato, configurando-se como um marco jornalístico e também histórico do Brasil. Essa série de reportagens causou grande comoção, debates e especulações acerca do assunto, mas principalmente mostrou o amadurecimento do TIB desde 2016, tornando-se estável e presente na produção jornalística do país como um todo. O veículo não possui anunciantes, empresários ou acionistas para financiar suas produções. Ao contrário, como vimos nos capítulos anteriores, diz-se independente e afirma repudiar, portanto, essa relação mercadológica do jornalismo, procurando incentivar os leitores a se tornarem apoiadores dos seus trabalhos, ao propor assinaturas com valores baixos ou altos, para manterem a editoria. Logo, não se trata de um financiamento, mas sim, de um apoio.

Na seção “Sobre nós”, o veículo se apresenta como “O Intercept Brasil é uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo” (THE INTERCEPT BRASIL). Em 2020, com o início da pandemia do coronavírus no Brasil, que acaba acentuando a crise sanitária já existente aqui, referente à manutenção dos postos de saúde que viviam em condições precárias, combinada com a falta das políticas públicas de combate, o TIB se dedicou ainda mais às produções relacionadas à Covid-19. Cobriu e cobre até hoje a falta de atitudes do Governo Federal, questiona os Ministros da Saúde que passaram, coloca em debate questões como cloroquina, vacinação, entre tantas outras. Mas também vai além, ciente de que, durante o estado de emergência, o Governo Federal e, como o próprio veículo chama, os “poderosos” - empresários ou políticos com poder sobre a sociedade brasileira, - atuaram também de maneira repreensível nos setores como meio ambiente, educação, sociedade etc., aumentando sua produção para quase uma reportagem por dia – durante o pico da pandemia.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/staff/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

O que podemos perceber é que o TIB faz jus a sua autodenominação como independente, no que diz respeito a se posicionar em suas reportagens, em contraponto a uma pretensa objetividade e imparcialidade. Confronta as mídias hegemônicas, distancia-se da lógica mercantil, cria espaços públicos de debate e dá voz e vez para personagens e temas que não estão presentes nas narrativas da grande mídia. Debruçados nos estudos da Análise de Discurso, procuramos observar as matérias selecionadas do TIB, assim, buscamos compreender como se formula o discurso jornalístico do veículo independente em questão para podermos cumprir com os objetivos específicos deste trabalho.

### 3. ANÁLISE DE DISCURSO E DISCURSO JORNALÍSTICO

Nos capítulos anteriores, guiados pela história do jornalismo, inserida na construção cultural de uma nação propriamente brasileira, pudemos refletir sobre o processo de profissionalização e legitimação da prática jornalística, compreendendo como se construiu a grande mídia como a empresa que conhecemos hoje. Mas também, atentamos nosso olhar para algumas práticas que, a partir das colocações feitas por Kunciski (1991), podemos considerar independentes e/ou de resistência. Em outros termos, abordamos a conjuntura histórica para compreendermos nosso objeto de análise e, assim, debatermos sobre como ele possibilita a produção de sentidos na formulação das matérias. Por estarmos ancorados aos estudos da Análise de Discurso (AD), consideramos, nessa perspectiva, que “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2001, p. 25). Portanto, ao analisarmos o texto jornalístico, antes devemos fazer algumas considerações sobre aspectos teóricos que abordaremos e utilizaremos como ferramentas para a nossa análise.

Ao olharmos para o discurso para apreender os efeitos de sentido que são produzidos em determinadas condições, antes devemos dissertar sobre o que entendemos sobre discurso. Segundo Orlandi (2001), a AD não trata da língua ou da gramática, mesmo que estas lhe interessem, ela trata do discurso, pois considera a palavra em movimento, com maneiras de significar e como uma prática da linguagem. Ao levar em conta o homem na história, consideram-se os processos e as condições de produção relacionando-os à exterioridade, a fim de encontrar regularidades. Assim, os estudos do discurso procuram “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico”, concebe, portanto, “a linguagem como mediação necessária entre o homem e a sociedade” (ORLANDI, 2001, p. 19).

A AD articula conhecimentos particulares de três campos disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, colocando questões para a Linguística, interpelando a historicidade que ela deixa de fora; o Marxismo por considerar o Materialismo Histórico, questionando sobre o simbólico; e a Psicanálise pelo modo que, ao considerar a historicidade, trabalha a ideologia relacionada ao inconsciente. Dessa maneira, tem-se “o discurso como objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém” (ORLANDI, 2001, p. 16). Portanto, em uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam, refletimos sobre a maneira que a ideologia está materializada na linguagem e como essa se manifesta na língua. Ao debatermos sobre o Materialismo Histórico, consideramos segundo Orlandi (2016), a existência de uma relação entremio entre história, língua e inconsciente. É possível observar a materialidade histórica

das relações dos sujeitos em sociedade, ou seja, “trata-se de descobrir as leis fundamentais que definem a forma de organização dos homens em sociedade ao longo da história” (ORLANDI, 2016, p. 12). Por trabalharmos com a AD, compreendemos a relação com a linguagem como forma histórica dos processos de significação, podemos observar através do Materialismo Histórico as condições de produção históricas, econômicas, políticas e ideológicas de um período específico e como se inscreve nas práticas atuais.

Considerada em relação com a memória discursiva, ou seja, aquilo que “já falou antes”, de outra forma, de outro lugar e independente do conhecimento dos sujeitos, é a historicidade que age nos sentidos dos dizeres, presente em todo dizer. Logo, o discurso é atravessado constantemente por essa memória que, segundo Orlandi (2001), podemos chamar de Interdiscurso. A autora afirma que “O Interdiscurso é todo conjunto de formulações já feitas e esquecidas que determinam o que dizemos”, portanto, “podemos analisar os fatores da exterioridade, para inscrevê-la no interior da textualidade” (ORLANDI, 2001, p. 33). Assim, o Interdiscurso afeta o modo como os sentidos se produzem em uma situação discursiva dada e, atrelado a essa noção, no campo do que “está se dizendo”, temos o Intradiscurso, que se trata da formulação, do que se diz no discurso no momento e em condições dadas (ORLANDI, 2001).

Verificamos, com base nos estudos do discurso, que a relação entre o Interdiscurso (memória discursiva) e o Intradiscurso (formulação) se define a partir do esquecimento, uma vez que, segundo Orlandi (2001), o que já foi dito por um sujeito específico deve ser apagado na memória para que, partindo da ideia de um “anonimato”, possa fazer sentido nas palavras de outros sujeitos. Existem dois esquecimentos relevantes para pensarmos: a) o esquecimento da ordem da enunciação: ao falarmos, fazemos de uma maneira e não de outra, isso cria diversas filiações possíveis de sentidos, apontando para a possibilidade de outros dizeres; b) o esquecimento da ordem do ideológico: resulta do modo como somos afetados pela ideologia, que surge da ideia de sermos a origem de determinado dizer quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes (ORLANDI, 2001).

A AD considera que a produção do sentido está determinada pela relação entre o Interdiscurso (memória, constituição) e o Intradiscurso (dizer, formulação), por ser composta de saberes discursivos que foram se constituindo ao longo dos anos e que tornam possíveis novos dizeres em determinadas Condições de Produção (CP) (ORLANDI, 2001). Procuramos observar, a partir da noção de CP de um determinado texto, de um veículo particular, “o caráter sistemático das estruturas linguísticas e sociais”, pois essa noção permite relacionarmos a noção sócio-histórico-linguística com as CP do discurso jornalístico, que não pode ser apreendida sem

considerarmos o histórico e o ideológico, “estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação da comunicação e objetivos do pesquisador etc.” (COURTINE, 1981, p. 46). Portanto, através das CP, podemos observar o sujeito e a situação, a relação da linguagem com os elementos simbólicos do sócio-histórico e ideológico, como a classe social, lugar em que fala etc. E, assim, ler diversas filiações de sentidos e identificar sua significância (ORLANDI, 2001). Ressaltamos também as palavras de Orlandi, ao afirmar que:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação) (ORLANDI, 2001, p. 33).

Assim, procuramos reconhecer, por meio dessas noções discursivas, os efeitos de sentido que se produzem a partir do objeto de análise. Portanto, abordando a temática da crise sanitária como problema de políticas públicas, verificamos pela via do Intradiscurso, a formulação do que se está dizendo sobre o Ministério da Saúde, sobre a COVID-19 no Brasil, o embate e a presença entre o discurso político e jornalístico, na formação de um debate sobre as políticas públicas no enfrentamento da pandemia. No Interdiscurso, visamos não apenas aquilo que já foi dito, mas também o que é retomado nos dizeres de um determinado discurso jornalístico, por conter saberes específicos da profissão, constituídos ao longo dos anos, que colaboram na compreensão do dizer.

Ao refletirmos sobre os fatores da historicidade que levaram o jornalismo até sua formação como um sistema, por estabelecer uma grande gama de relações na sociedade entre fontes e outros, também por utilizar-se de dispositivos de técnicas, gêneros, formatos e processos, podemos considerar que o jornalismo não apenas trabalha com o discurso como produto final, mas é ele mesmo um discurso (SCHWAAB; ZAMIN, 2014). Em vista disso, vamos além do esquema elementar de comunicação que se restringe a emissor, receptor, código, referente e mensagem – questionamos esse esquema de comunicação, por considerarmos também que os agentes estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação (ORLANDI, 2001), mas também consideramos os aspectos da história e da memória, a pluralidade de vozes, a ideologia dos sujeitos, o inconsciente que fala pelas palavras, que constituem o dizer. Portanto, em vez da mensagem, o que propomos é olhar o discurso, pois “nos estudos discursivos não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a linguagem não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento” (ORLANDI, 2001, p. 29).

Conforme discutido no capítulo histórico, podemos observar como o jornalismo teve um papel fundamental na construção social brasileira. Torna-se, então, uma prática discursiva legitimada, acabando por ser difusora de cultura, criando uma imagem de confiança, conquistando espaços que lhe permitem produzir determinados saberes, ou como emprega Foucault “efeitos de poder” (NAVARRO, 2006 *apud* SCHWAAB; ZAMIN, 2014).

O jornalista, esse profissional que segue uma rotina segundo critérios e estratégias, é responsável pela seleção de pautas e acaba por conceber leituras de realidades, produzidas dentro de uma empresa, instituição ou movimento. É esse sujeito responsável pela mediação entre diversas áreas do saber. Por isso, como afirmam Schwaab e Zamin (2014), os produtos jornalísticos têm caráter polissêmico, pois seu discurso, como todos os outros, carrega consigo outros fatores externos. Levamos em consideração o discurso inserido na historicidade, fundamental para compreender o funcionamento do discurso jornalístico, por nos remeter a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (ORLANDI, 2001).

Outro fator que devemos levar em consideração sobre o discurso jornalístico é a pretensão de um fazer objetivo e imparcial. Esses dois propósitos são de suma importância para o jornalismo, por serem eles que procuram garantir para o público certezas e construir dizeres de “verdade” (SCHWAAB; ZAMIN, 2014). Contudo, a credibilidade da profissão está atrelada a um imaginário social, pois ao recortar em suas notícias a realidade transformada em pauta, o jornalismo procura dar estabilidade a processos caóticos e contraditórios de uma sociedade dada. Por exemplo, o gênero jornalístico informativo, supostamente, segundo os manuais de redação, não deve apresentar opinião ou ser guiado pela ideologia, portanto, trabalha constantemente com o esquecimento que, segundo Pêcheux (1975), pode se dar por duas formas, no campo da enunciação, já que ao falarmos fazemos de uma maneira e não de outra, portanto, o dizer (e o sentido) sempre pode ser outro; e no campo do inconsciente que resulta do modo como somos afetados pela ideologia. Por isso, como afirma Orlandi (2001, p. 35), “Os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história, por isso que significam e não pela nossa vontade”.

Esses fatores destacados tratam das condições de produção discursivas do jornalismo. Portanto, é por considerarmos, a partir da definição de Orlandi (2001, p. 31), que a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito [...] sustentando a tomada da palavra”, que atentamos para a formulação do discurso jornalístico, a partir de sequências discursivas que serão objeto de análise. Não se

trata apenas de olhar para a exterioridade, pois propomos pensar o espaço discursivo e ideológico, onde se desenvolvem as formulações discursivas. Consideramos esses conceitos necessários para compreendermos, nos textos jornalísticos (para este trabalho, focamos no texto escrito), como esse discurso produz sentidos, procurando através do aparato linguístico-histórico olhar para o discurso jornalístico do TIB e identificar como se inserem e significam no contexto sócio-histórico da pandemia de 2020. O que devemos nos questionar, segundo Sargentini (2005, p. 03) é: “Qual lugar discursivo ocupa dado acontecimento discursivo num determinado arquivo?”.

Durante o percurso deste trabalho, ao focarmos no discurso jornalístico do TIB ao abordar o Ministério da Saúde durante a maior crise sanitária enfrentada pelo Brasil e o mundo, direcionamos nosso olhar a todo momento para a pretensão de um jornalismo independente. Portanto, através da análise do discurso desse veículo, procuramos compreender pelo estudo do objeto da análise, que é o discurso presente no TIB, como se apresenta a formulação desse jornalismo independente nesse período, questionando como o veículo se insere no contexto sócio-histórico a partir da concepção das condições de produção.

### **3.1. Um olhar analítico para o discurso jornalístico**

A fim de compreender como se apresenta a formulação do jornalismo independente do The Intercept Brasil durante a crise da pandemia da COVID-19, buscamos discutir o discurso jornalístico presente no veículo de comunicação mencionado. Procuramos identificar o que o caracteriza como “combativo e destemido”, denominação dada pelo próprio veículo, mencionada em seu site na categoria “Sobre”. Para ser possível esta análise, elencamos algumas reportagens e outros textos<sup>12</sup> do início ao fim de 2020 sobre a COVID-19 no site do TIB. Para a constituição do arquivo, levamos em consideração textos que abordavam temas em torno da pandemia. Boa parte desses textos estão em uma seção especial “A crise do coronavírus”, conforme a tabela a seguir. Algumas matérias não se encontram nessa seção, mas as consideramos importantes por terem seu foco em crises específicas causadas pela pandemia, como por exemplo: aumento no índice da fome, presidiários e presídios, falta de respiradores, superfaturamento de equipamentos médicos e de prevenção etc.

---

<sup>12</sup> Este trabalho não se dedica a explorar características de um gênero textual específico, como a reportagem, por exemplo, dado nosso objetivo de discutir e compreender o discurso jornalístico. Ao compreender que diferentes formatos textuais são atravessados pelo mesmo discurso, o gênero textual não foi determinante para o recorte analítico, o que nos permite aproximar a reportagem da coluna de opinião.

TABELA 1. Textos do TIB durante a pandemia de 2020, na seção “A crise do coronavírus”

MÊS	Nº DE TEXTOS	DESTAQUES
JANEIRO	1	Coronavírus; desinformação; China
FEVEREIRO	-	-
MARÇO	53	Dúvidas; proteção; crise social; Mandetta; profissionais da saúde; Bolsonaro; desinformação; presídios; ciência
ABRIL	50	Casos; Mandetta; Trump; Dória; internacional; renda básica; cloroquina; presidente; saúde; economia; Ministro da Saúde
MAIO	17	Testes; respiradores; crianças; samu; Brasil; ricos; cloroquina
JUNHO	5	Respiradores; Trump; exército; cloroquina
JULHO	3	Burocracia; quarentena; Ceará
AGOSTO	13	Indígena; imigrantes; vacinas; número de mortos; governo; transparência; Bolsonaro
SETEMBRO	5	Vacinas; genocídio; auxílio
OUTUBRO	4	Número de mortos; vacina chinesa; Governo Bolsonaro; boicote
NOVEMBRO	2	Eleições; Dória; segunda onda; abuso sexuais; quarentena
DEZEMBRO	3	Vacina; democracia; fome
TOTAL	156	TEXTOS

Fonte: autoria própria

A primeira reportagem publicada sobre o coronavírus foi em janeiro de 2020, cobrindo o início de uma ainda possível epidemia na China. Quantitativamente, o que podemos notar é que existe uma “explosão” de textos a partir de março de 2020, um mês depois do primeiro caso no Brasil. Antes, eram publicadas em média duas reportagens por dia, o que se alterou com o agravamento da pandemia. Em alguns dias, houve até cinco reportagens, quase todas exclusivas sobre a COVID-19. O veículo não deixou de fazer outras coberturas, procurando, através da crise sanitária, mas principalmente no Brasil, abordar diversos assuntos encadeados pela

temática, tais como: as queimadas na Amazônia, outros países que enfrentam a pandemia, o governo Bolsonaro, a lava-jato e a queda de Moro, os protestos antirracistas norte-americanos motivados pelo assassinato de George Floyd etc.

Para a formação do arquivo, foram selecionadas matérias que cobrem a movimentação do Ministério da Saúde e do Governo Federal durante três períodos distintos da pandemia no ano de 2020. São esses períodos: 1) O começo da pandemia e o período de atuação do ex-Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta; 2) O período sem ministro da saúde e o posicionamento do Governo Federal no combate – ou a falta – ao coronavírus; 3) O fechamento do ano 2020 e as condições sociais dos brasileiros. Durante o ano de 2020, na seção especial “A crise do coronavírus”, foi possível agrupar cerca de 34 textos que correspondem às referidas temáticas. A partir desse conjunto, foram separados três textos específicos, que são: uma reportagem, na data 15 de março de 2020, sobre o Ministro da Saúde Mandetta<sup>13</sup>; uma segunda reportagem, na data de 14 de junho de 2020, sobre o Governo Bolsonaro e as responsabilidades no combate ao coronavírus<sup>14</sup>; e uma coluna do jornal, em formato de artigo de opinião, publicada na data 29 de dezembro de 2020, selecionada por trazer uma abordagem sócio-histórica-econômica das condições dos brasileiros que sofrem com a falta de políticas públicas durante a pandemia<sup>15</sup>. A escolha da delimitação do objeto de estudo acerca do ministério, seus ministros e a relação deles com o posicionamento do Governo Federal, vem no intuito de conduzir o olhar para a problemática da crise sanitária, atentos a como o TIB cobre esse cenário. A partir disso, podemos analisar o discurso jornalístico presente no fazer independente do TIB e debater sua formulação, a fim de identificar como o veículo aborda a crise sanitária durante a pandemia no Brasil como um problema de políticas públicas.

Após a escolha dos textos, foram recortadas sequências discursivas que se relacionam com os objetivos específicos deste trabalho: a) Discutir a formulação do discurso presente no coletivo TIB ao abordar a problemática da crise sanitária como um problema de políticas públicas; b) Identificar como as matérias se inserem no sócio-histórico – atentando para a historicidade presente no discurso jornalístico – ao abordar o Ministério da Saúde; c) Observar o atravessamento do interdiscurso (memória discursiva) no intradiscurso (formulação). Será possível relacionar as Sequências Discursivas com o objeto desse estudo através dos capítulos da análise, para que possamos atender nossos objetivos específicos, devemos antes nos debruçar

<sup>13</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/15/bolsonaro-coronavirus-saude-mandetta/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/14/bolsonaro-brasil-paria-mundial/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2020/12/29/placas-fome-sinaleira-recife-pandemia/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

sobre três aspectos que importam para compreendermos os objetivos: 1) buscar entender o que o veículo TIB compreende como políticas públicas e como elas aparecem nos textos; 2) buscar entender como funciona o posicionamento “combativo e destemido” do veículo; 3) compreender como a memória discursiva (interdiscurso) de um fazer jornalístico independente se atravessa na formulação (intradiscurso) do discurso jornalístico independente do TIB durante o posicionamento referente às duas questões anteriores.

É preciso debatermos esses aspectos, pois consideramos que é o fio condutor do debate, portanto, podemos corresponder os objetivos específicos através desses recortes analíticos, aplicando os dispositivos teórico-analíticos. Nos capítulos anteriores, foram apresentados fatores da historicidade e as condições de produção do fazer jornalístico brasileiro. São eles dispositivos teóricos utilizados pelos estudos da Análise de Discurso, que usamos para mediar o movimento entre descrição e interpretação (ORLANDI, 2011). É a partir desse movimento que o capítulo de análise procura compreender o processo discursivo do fazer jornalístico do TIB, relacionando com a historicidade do jornalismo brasileiro ao atravessar a memória discursiva e a formulação do posicionamento do veículo discurso do veículo.

#### **4. A FORMULAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO INDEPENDENTE DO THE INTERCEPT BRASIL DURANTE A PANDEMIA EM 2020**

Primeiramente, devemos situar as condições de produção imediatas, para compreendermos as circunstâncias de enunciação das sequências discursivas selecionadas para a análise. Destacamos que os textos que constituem o corpus representam três períodos distintos da pandemia em 2020 e que a escolha dos recortes se deu pelo início da proliferação do vírus no Brasil, pelo período sem Ministro da Saúde e pelo desfecho das políticas públicas aplicadas – ou não – durante o ano de 2020, atentando para as medidas públicas do Governo Federal e do Ministério da Saúde, em relação aos destaques, manchetes e reportagens do TIB. Para tanto, ocupamo-nos em olhar para essa via dupla (oposição entre política e jornalismo) que se interliga em dado momento pelo fator da notícia. O que podemos notar, por meio das sequências discursivas destacadas nesta análise, é que as duas reportagens têm em foco o Ministério da Saúde em complacência com as falas do Presidente da República, portanto, considerando as medidas sanitárias – ou a falta delas – como principal fio condutor para as discussões a seguir.

Podemos considerar o texto jornalístico do TIB como essa unidade de análise que é perpassada a todo momento por formações discursivas diversas, as quais procuramos debater, através de um dispositivo analítico, criado a partir dos capítulos teórico e metodológico, para captarmos a materialidade histórica da linguagem e, dessa forma, compreendermos os efeitos de sentido produzidos pelo discurso jornalístico do veículo (ORLANDI, 2001). Pelo fato de o Ministério da Saúde ser o setor governamental responsável pela administração e pela manutenção da saúde pública brasileira, podemos notar que, nas reportagens sobre o Ministério da Saúde, considera-se também o Governo Federal, por serem interligados pelo discurso político vigente, mesmo quando se considera o Ministério da Saúde com um posicionamento e um discurso diferentes daqueles do Presidente da República.

Portanto, consideramos que há um outro embate entre discursos no Brasil contemporâneo e nos atentamos para os discursos jornalístico e o político, na discursividade do veículo TIB. Esclarecemos que olhamos para o embate através do discurso jornalístico, para compreendermos melhor a cobertura da gestão das políticas públicas durante a pandemia, observando a noticiabilidade – o fator notícia relativo ao grau de importância para a construção de uma reportagem que deve ser analisada pelo jornalista e pelo veículo – ao procurar abordar a crise sanitária como um problema direto da aplicação e da manutenção das políticas públicas.

Nesta análise, temos como objeto teórico o discurso jornalístico do TIB, e como objeto de análise, as reportagens, que cobrem o Ministério da Saúde em dois períodos distintos, e a

coluna de opinião, acerca da situação social dos brasileiros na pandemia em 2020. Procuramos refletir, por meio das Sequências Discursivas (SD) destacadas, sobre os objetivos específicos desta análise: no primeiro momento, procuramos discutir a formulação do discurso do coletivo ao abordar a problemática da crise sanitária como um problema de políticas públicas; depois, compreender o que permite ao veículo se afirmar como “combativo e de ação”, questionando como se apresenta essa formulação e em relação ao quê. Partindo do pressuposto de que a cobertura jornalística do veículo independente em questão aborda o crescente número de infectados e mortos pelo coronavírus, procuramos identificar como a questão das políticas públicas aparece relacionada com a gestão pública e o atual cenário alarmante da crise sanitária.

As matérias tratam dos três períodos apontados anteriormente, mas não necessariamente os abordam como pauta, apenas estão situadas nesse período, podendo ter abordagens referentes, mas não diretas. Outro fator que destacamos antes da análise é que os textos são assinados pelos jornalistas, mas o que nos interessa é a formulação do discurso do veículo TIB, logo, consideramos que não se trata da posição-sujeito jornalista, mas do posicionamento editorial do veículo que somos capazes de apreender. Por fim, propomos identificar de que maneira os textos analisados se inserem no cenário sócio-histórico, questionando a forma que o discurso jornalístico do TIB produz sentidos, para compreendermos o momento histórico que estávamos vivendo em 2020, atentando nosso olhar para historicidade presente no discurso. A fim de compreender o objeto de análise, separaremos as SD em dois subtítulos diferentes, procurando responder às questões acima. Nas próximas seções, atentaremos para o percurso e as estratégias utilizadas na formulação do discurso jornalístico no TIB.

#### **4.1 Abordagem sobre políticas públicas**

Ao selecionamos as SD que abordam a temática das políticas públicas durante a crise sanitárias em 2020, procuramos atentar para as condições de produção que permitem dar sentidos aos discursos. Dessa forma, procuramos compreender, através da análise, as condições de produção da formulação do discurso sobre as políticas públicas em um contexto imediato (sentido estrito) e ainda abranger o contexto sócio-histórico, considerando-se sempre a ideologia (sentido amplo) (ORLANDI, 2001).

Portanto, neste subcapítulo, levantamos as seguintes questões que procuramos responder: o que o veículo considera como políticas públicas? Qual é a relação entre as políticas públicas e a crise sanitária do coronavírus? Guiados pelos estudos do discurso, que sugerem que o analista deve colocar seu dispositivo analítico ao questionar “o dito em relação ao não

dito [...] o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas constitui igualmente o sentido de suas palavras” (ORLANDI, 2001, p. 59), consideramos essas questões importantes para compreendermos o primeiro objetivo específico desta pesquisa, ao qual é dedicado este subcapítulo, que é discutir a formulação do discurso jornalístico do TIB ao abordar a problemática da crise sanitária durante a pandemia como um problema de políticas públicas.

Portanto, o que são as políticas públicas? Não existe uma definição única para esse termo. Podemos considerá-lo como o conjunto de ações, metas, planos e decisões em diferentes áreas que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) devem tomar para solucionar problemas da sociedade e atender ao interesse público. Com um Estado democrático, o governo deve se comprometer em garantir o bem-estar social, como na saúde, na educação, no meio ambiente, entre outros. Na realidade, o que podemos ver é que os dirigentes públicos tomam as prioridades públicas a partir do próprio entendimento, no que acreditam ser a demanda social, não havendo, muitas vezes, uma pesquisa prévia para atender aos interesses da sociedade. Ou seja, o bem-estar, a tomada de decisões, são definidos sempre pelo governo e não pela sociedade. Como exemplo de política pública temos o isolamento social, que foi adotado por quase todo o mundo.

A comunicação, aqui em foco o jornalismo, tem um papel importante nessa relação com as políticas públicas, por cumprir o direito à informação e à liberdade de expressão, um exercício social fundamental para a cidadania. No âmbito da saúde, podemos perceber o comprometimento do jornalismo com o dever social de atender as políticas públicas em comunicação pela sua atual relação com a noticiabilidade da pandemia do Covid-19, cumprindo o papel de serviço ao público para promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da sociedade através da informação. Portanto, olhamos para as SD, procurando atentar para a forma que o veículo TIB aborda as políticas públicas do enfrentamento contra a Covid-19, a fim de identificar os efeitos da interpretação.

A primeira SD que analisaremos foi retirada da manchete de uma reportagem publicada no dia 15 de março de 2020<sup>16</sup>, assinada pelo cientista social e jornalista do TIB, João Filho. É uma das primeiras reportagens do The Intercept Brasil acerca do assunto da pandemia no país, dentro de uma seção especial “A crise do coronavírus”. Nossa primeira SD destacada contempla o título e o subtítulo, apresentados abaixo:

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/15/bolsonaro-coronavirus-saude-mandetta/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SD 1 - Coronavírus: ministro da Saúde é o único fio de sanidade num desgoverno engolido pela pandemia - Além de trazer o coronavírus ao Brasil, contrariando recomendação da OMS, comitiva presidencial seguiu tratando epidemia como farsa da imprensa

No trabalho jornalístico de construção da reportagem, a manchete é responsável por atrair a atenção do leitor para a matéria, colocando fatores da notícia de maior importância, em síntese, para o leitor saber o que será abordado nas próximas páginas. Observamos na SD1 o assunto que deve se tratar na reportagem. Ao nos debruçarmos sobre o TIB, notamos que geralmente há uma quebra da técnica do *lead*, segundo o qual a manchete e o primeiro parágrafo devem trazer informações substanciais para a notícia, geralmente com dados e palavras semelhantes. Não é o caso dessa reportagem do TIB, que traz no título duas afirmações: uma afirmação sobre o único fio de sanidade, que é o Ministro da Saúde, e outra sobre a comitiva presidencial trazer o vírus para o Brasil. As afirmações deixam perceptível a relação de conflito entre o discurso político presidencial e o discurso jornalístico do TIB, mostrando seu posicionamento, ao chamar as ações do governo de “desgoverno engolido pela pandemia”.

É interessante notar a marca da narratividade que torna acessível o sentido, ou seja, a historicidade que perpassa a narrativa, logo na manchete, sobre qual será a abordagem do veículo: com a temática do coronavírus, mesmo abordando o Ministro da Saúde como o “único fio de sanidade”, o veículo prefere dar ênfase para o “desgoverno”. Podemos perceber isso a partir da legenda, que vem logo após a manchete e não volta a falar do ministro, mas se detém a descrever a viagem da comitiva presidencial, apontando duas possíveis interpretações importantes. A primeira é que, ao se formular “além de trazer o coronavírus ao Brasil”, o enunciado começa com a suposição de que haverá, a seguir, mais “falhas” por parte do Governo Federal, pela escolha de usar o advérbio “além” no começo do enunciado. Nessa afirmação, é possível observarmos um esquecimento enunciativo, quando se afirma que a comitiva trouxe o coronavírus ao Brasil, como se o vírus já não circulasse aqui. Através desse esquecimento presente na formulação, podemos compreender que o que foi escrito é feito de uma maneira e não de outra, logo, é dito algo ao deixar de dizer outra coisa, indicando sentidos que podemos compreender através do enunciado (ORLANDI, 2001). Dessa forma, podemos ler que o posicionamento do veículo procura dar maior responsabilidade, como se fosse algo inédito, não ao coronavírus no Brasil, mas a uma comitiva presidencial que viaja em meio à pandemia e volta para o país sem cumprir o protocolo de segurança nacional, por exemplo.

Outra interpretação possível para lermos essa afirmação é em relação ao posicionamento do TIB frente à comitiva presidencial. A opção por dizer que a comitiva

“trouxe” o coronavírus e completar com “contrariando recomendação da OMS”, remete-nos a uma memória. Como afirma Orlandi, “aquilo que fala antes, de outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2001, p. 31) vem na ordem do já-dito, que permite compreendermos que o dizer trata do isolamento social, fazendo funcionar aqui a memória discursiva, que funciona pela repetição, por ser de conhecimento público e geral que, em caso de suspeita de contaminação, o isolamento deve ser tomado como medida imediata

Assim, podemos entender que o Presidente e a sua comitiva foram “insanos”, ou contraditórios, em suas atitudes. Apesar de chamar o até então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (Ministro de 01/01/19 a 16/04/2020), de “fio de sanidade de um desgoverno engolido pela pandemia”, acaba-se por mostrar outro tipo de esquecimento, o ideológico, que “vem do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 35).

Portanto, observamos que a reportagem começa na manchete dando foco ao “fio de sanidade”, que é o Ministro da Saúde, mas a formulação do discurso muda, já na legenda, ao acentuar os aspectos contrários a esse “fio”. Passa-se a confrontar o discurso político da comitiva presidencial, principalmente quando se resgata um embate entre governo e imprensa, que não é tratado propriamente na reportagem, mas é resgatado no enunciado quando finaliza: “comitiva presidencial seguiu tratando epidemia como farsa da imprensa” e coloca esse posicionamento em relação com o possível resultado: “engolido pela pandemia”. Esse posicionamento dá o tom dos próximos parágrafos da reportagem.

Consideramos que esse movimento de esquecimento ideológico na SD 1 remete também a um comprometimento que faz parte da constituição de um jornalismo independente ou alternativo, por procurar criar um espaço público de debate, sem fins lucrativos e contra-hegemônico, além de sustentar o repúdio ao autoritarismo (KUNCISKI, 1991) – nesse caso, referente à negação do Governo Federal para o perigo do vírus. Levando em conta o papel da comunicação na construção das Políticas Públicas e ao considerarmos que a data da reportagem (15/03/20) é de menos de um mês do primeiro caso de Covid-19 no Brasil (26/02/2020), podemos considerar outra marca do jornalismo independente no discurso jornalístico do TIB, o que procura protagonizar as transformações sociais que defendem a partir do discurso alternativo que se opõe ao discurso oficial, principalmente se ele for autoritário (KUCINSKI, 1991) – porém, em 2020, podemos considerar a corrente negacionista como parte desse discurso oficial (RÊGO, 2019).

Nessa primeira SD, notamos possíveis efeitos de sentido, como um posicionamento ríspido do jornal em relação às medidas do governo ao chamá-lo de “desgoverno”. Essa

afirmação pode se dar oriunda de uma relação conflituosa que já vem se acirrando desde a posse de Jair Bolsonaro como Presidente, entre os veículos de comunicação, profissionais do jornalismo e o discurso e posicionamento presidenciais, tanto nos ataques ao jornalismo e ao direito à informação, quanto nas afirmações negacionistas sobre o perigo do coronavírus. Esse posicionamento do jornal pode ser considerado como forma de responsabilizar o Governo Federal, Ministros e outros envolvidos com o gabinete presidencial, pela falta de atitudes emergenciais e de prevenção, a partir das políticas públicas existentes, para impedir um colapso sanitário do sistema de saúde brasileiro. O jornal aborda os políticos como principal causa para o estado alarmante da saúde no Brasil.

A segunda Sequência Discursiva que destacamos é da mesma reportagem:

SD 2 - Diferentemente de quase todos os outros ministérios bolsonaristas, o da Saúde não foi completamente desmantelado. Mandetta é médico, tem um perfil mais discreto e não se mete em seguidas polêmicas como os demais ministros. Até agora, apesar do deboche do presidente diante da pandemia, o ministério tem tomado as medidas necessárias para enfrentá-la.

Depois das colocações em volta do posicionamento do Governo Federal, que parece ser o foco, a reportagem cita o até então Ministro da Saúde, atualmente ex-ministro. Chama-nos atenção o fato da demora para se abordar o Ministro da Saúde, dado que a manchete anuncia que tratará dele. A reportagem dedica-se quase que totalmente a questionar as falas e apontar os erros de Bolsonaro, não seguindo necessariamente os critérios de noticiabilidade – conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento pode ser transformado em uma matéria noticiável (TRAQUINA, 2008). É possível dizer que existe um valor-notícia, que é a visita do Presidente do Brasil aos EUA durante o alarde da pandemia e o fato de seu Secretário da Comunicação ter pegado COVID-19 e só ter feito o teste ao voltar ao Brasil, contrariando as recomendações da OMS de isolamento. No entanto, não é o que fica claro no decorrer da reportagem. Consideramos até aqui que a reportagem dá o foco para o negacionismo de Bolsonaro, em vez de dissertar sobre a problemática da vinda da comitiva presidencial ao Brasil carregando o coronavírus. Mostrando descaso, se dedica a rebater as falas e o posicionamento do presidente. O que nos faz questionar: qual o propósito da reportagem?

Logo, o ministro aparece apenas no antepenúltimo parágrafo e apenas ali. Como podemos notar nos destaques da SD 2, o ex-ministro Mandetta é encarado como “destacado” do governo vigente. Ao dizer que o Ministério da Saúde não foi completamente desmantelado, em dissonância com os outros ministérios, por considerar que todos cederam às “fantasias” e exigências do governo Bolsonaro, é utilizado o termo que significa “destruído”, retomando a

ideia do “desgoverno” ao podermos interpretar que o único motivo para o Ministério da Saúde não ceder a uma pressão negacionista, que visa a economizar durante o combate a pandemia, foi o ex-ministro Mandetta. Para isso, a formulação do discurso nessa reportagem elenca o perfil do até então ministro: médico, discreto e não se envolve em polêmicas “como os demais ministros”. Ao criar um perfil do até então ministro, é colocado em xeque também um juízo de valor, por se tratar de alguém que parece ser mais coeso com as ideias e ligando isso ao seu “estilo” e profissão. Dessa forma, coloca-se de um lado o deboche do presidente e de outro o posicionamento de combate ao novo coronavírus por parte de Mandetta, ao fazer o que se é esperado de um Ministro da Saúde, médico, ao enfrentar a pandemia das formas mais cabíveis, com comprometimento profissional e não com um comprometimento apenas de interesse políticos, como é visto em outros ministérios.

Por fim, é destacado “apesar do deboche do presidente diante da pandemia, o ministério tem tomado as medidas necessárias para enfrentá-la”. A (não) tomada das “medidas necessárias”, que se trata do isolamento, as medidas divulgadas pela OMS, diz respeito a uma política pública de saúde e de retenção, para impedir possíveis contágios. Podemos ter possíveis interpretações para compreendermos como a SD 2 significa. Quando se refere ao deboche por parte do presidente, em dissonância com as medidas do ministro, podemos compreender que existe um sinal de alívio na escrita, como se tudo ainda não estivesse perdido, por haver alguém nos poderes públicos que se preocupa com as medidas públicas cabíveis para o atual momento. Aqui, devemos pensar a análise olhando para o sujeito jornalista como inserido no próprio discurso jornalístico e fazendo parte do veículo, em sua profissão e não apenas como sujeito inserido também nesse momento empírico, mesmo ele fazendo parte a todo momento (ORLANDI, 2001). Portanto, quando analisamos a SD 2, reunimos a estrutura (texto) e o acontecimento (discurso) em sua forma material (linguístico-histórica), tornando possível apreendermos como um acontecimento age no sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2001, p. 19). – aqui, o posicionamento contra-hegemônico do veículo TIB em relação ao Governo Federal. É dessa forma que podemos debater sobre o dever jornalístico, com o auxílio das SD, pois se trata das maneiras possíveis de informar a população quanto à crise sanitária que está prestes a estourar.

Consideramos que o jornalismo tem um dever direto com as políticas públicas, através do direito à informação, o que o torna ligado ao funcionamento da política, pois esta interessa para a sociedade. Quando tratamos do discurso jornalístico e do discurso político, estamos olhando para essa relação através das políticas públicas. Portanto, mesmo não adentrando aos dados oficiais, ou descrevendo as medidas do Ministério da Saúde para justificar o porquê de o

deboche do presidente significar tanto para a crise sanitária, a reportagem acaba por colocar os dois discursos em confronto, dentro do embate, em vez de dissertar, explicar e/ou informar para além das discussões. No entanto, consideramos também que, por criar espaços de debate e cobrar as medidas necessárias para cumprir com as políticas públicas dos governantes, o veículo faz valer o papel social de comunicador, por entendermos que as notícias são construções sociais, que estabelecem relações com seus leitores, fontes e sociedade. Desse modo, o jornalista, na hora da sua escrita, coloca em prática técnicas da profissão que o permitem acentuar ou excluir aspectos dos acontecimentos, como as escolhas, a restrição da pauta ou a escolha da narratividade, por exemplo (SCHWAAB, 2007).

O que observamos nesta análise é que, como considera Schwaab, “a seleção do que vai virar notícia está calcada em critérios e estratégias, incorporadas como rotinas profissionais” (SCHWAAB, 2007, p. 13), e o TIB, por ser um coletivo de jornalismo independente, possui seus próprios critérios e estratégias, por vir já de uma versão britânica do jornal digital, adaptada para o Brasil, e por não ter empresas que financiem o jornal, portanto, não precisando agradar a vontade de acionistas. Então, existe um comprometimento com as políticas públicas, mas notamos que não existe uma explicação acerca do que possam ser tais políticas – nos referimos à falta de informações que contrapõem as falas do Governo Federal em consonância com o posicionamento do até então Ministro da Saúde, através da tradução de dados para a população nessa reportagem que foi tirada as SD como forma de exemplificar. A reportagem, dessa forma, acaba se tornando principalmente um embate entre discursos.

A terceira e última SD deste subcapítulo é da segunda reportagem<sup>17</sup>, postada no dia 14 de julho de 2020, assinada também pelo jornalista João Filho, com o título: “Os delírios e mentiras de Bolsonaro isolaram o Brasil da América Latina, China, Europa e até dos EUA”. A reportagem tem seu foco nas crises de relacionamento internacional do Brasil durante a pandemia, dados o posicionamento e as falas do Governo Federal sobre o coronavírus, mas também devido ao desmatamento da Amazônia e aos ataques verbais à China, um dos principais parceiros econômicos e de negócios do Brasil.

**SD3** - Em um intervalo de um mês, dois ministros da Saúde foram demitidos em plena crise do coronavírus, justamente por insistirem em seguir as recomendações da ciência.

---

<sup>17</sup> Disponível através do link <https://theintercept.com/2020/06/14/bolsonaro-brasil-paria-mundial/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Através dessa SD, podemos notar alguns dos apelos feitos pelo veículo em oposição às atitudes do Governo Federal, quando se trata da saúde pública. É por essa cobrança, que vem em forma de denúncia<sup>18</sup>, que o TIB confronta os governantes com a aplicação e a manutenção das políticas públicas. Como diz a própria definição do veículo, no tópico “Sobre o Intercept Brasil”, no site: o TIB se define como uma “agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos” e ainda completa: “O Intercept dá aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem”. Esses fatores sobre a formação jornalística do veículo são de grande importância para a compreensão das SD. Como vimos, os jornalistas recebem a liberdade editorial para expor corrupção e injustiça dos “poderosos”, o que não implica necessariamente que haja desconexões com as questões ideológicas do veículo. Em um sentido estrito, podemos considerar os governantes, no caso deste estudo, representados pelo Ministério da Saúde, como esse órgão maior e responsável pela saúde pública do país, mas, em um sentido amplo, podemos falar de empresários, profissionais de alguma área, entre outros. Essa responsabilização vem através da narratividade da reportagem e podemos captá-la nos sentidos que se produzem.

Ao analisarmos a SD 3: “Em um intervalo de um mês, dois ministros da Saúde foram demitidos em plena crise do coronavírus, justamente por insistirem em seguir as recomendações da ciência”, voltamos para a questão do embate entre discursos. Podemos observar que, quando se trata do jornalismo do TIB, há uma valorização da ciência em contraponto ao posicionamento dos governantes, ou pelo fato de existirem diversas reportagens do veículo que dão o foco para as comprovações científicas em torno da pandemia do coronavírus no mundo. No entanto, quando olhamos para essa SD, consideramos que a própria valorização da ciência por parte do coletivo é um posicionamento político, por vir como um ponto forte do confronto entre o veículo e os governantes, mas, principalmente, por se tratar de “processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade” (ORLANDI, 2001, p. 21) que tornam, para o veículo, a ciência um pilar de sustentação nesse confronto de realidades. Por parte do veículo, podemos perceber que se trata de um discurso científico, para procurar informar uma população que está mergulhada em um governo negacionista – que dissemina Fake News e acaba por atrasar avanços e medidas urgentes – que, por sua vez, está fundamentado em um discurso anticência.

---

<sup>18</sup> Quando falamos denúncia consideramos que não se trata de uma denúncia formal, feita na delegacia, mas as denúncias focadas aos seus leitores, direcionadas para a população como um meio de informação sobre algo social, que pode vir a se transformar em formal

Portanto, através da interpretação da SD, consideramos que o embate entre os discursos político e jornalístico, no fato apresentado, encontra na realidade a manifestação do que já havíamos apresentando: dois ministros foram demitidos por não seguirem a ideologia econômica dos governantes no poder, ou seja, optaram seguir as recomendações da OMS, deram atenção maior para a ciência, procuraram atender às dúvidas e demandas de uma população em desamparo, viabilizavam a compra das vacinas, ao invés de seguirem com o discurso presidencial de que tudo não passava de “uma gripezinha”, a nível de exemplo, como afirmou Bolsonaro em comitiva. É por isso que consideramos, entre outras, que estamos frente a um governo autoritário, que o jornalismo do TIB procura confrontar com denúncias informativas – já que hoje podemos considerar a quebra de falas mentirosas como informação, quando esta completa e trabalha com a apuração e a checagem de dados e fatos.

Podemos frisar dois pontos importantes para considerarmos o TIB como um jornalismo independente, segundo Kucinski (1991, p. 09): “que não está ligado a políticas dominantes” e “é a única saída para uma situação difícil”. Logo, podemos notar que o jornalismo independente do TIB tem uma marca importante durante a pandemia e durante o atual governo, que é a constante cobrança, através do jornalismo, para a restauração da democracia – que vem sofrendo sérios ataques – e pelo respeito aos direitos humanos. Por incentivar a população brasileira a não utilizar máscaras, ignorar o perigo da Covid-19, por atacar os veículos que procuram informar a população, por incentivar o negacionismo científico, por tentar censurar dados oficiais de mortos e por desprezar o número de famílias que perderam seus parentes, podemos considerar o atual governo como autoritário.

#### **4.2. Combativo e destemido**

O veículo TIB se autodenomina independente e discutimos um pouco, no capítulo 2, sobre e o porquê de podermos considerá-lo como tal. Mas, em sua seção “Sobre nós”, afirma ser também um “jornalismo combativo e destemido”. Devemos, primeiramente, debater essa afirmação, procurando compreender o que se combate e do que não se tem medo, pois procuramos identificar como essa formulação se insere no sócio-histórico, através das práticas de um fazer jornalístico independente com características semelhantes a outras iniciativas, mas também com um caráter próprio. Também, é através desse debate que podemos observar o discurso jornalístico funcionando pelas SD, as condições de produção desse discurso e fazer considerações acerca da constituição do jornalismo independente e digital, questionando seus efeitos de sentidos.

Ao se autodenominar “combativo”, sendo um coletivo comunicacional independente, podemos observar que o discurso jornalístico do TIB é atravessado por uma memória discursiva das práticas, obstáculos e os combates que a profissão, principalmente outras iniciativas independentes e alternativas, enfrentou durante sua formação. Logo, trata-se do interdiscurso que, segundo Orlandi (2001, p. 32), permite-nos “remeter o dizer a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos”. Portanto, nos dizeres do coletivo sobre o Ministério da Saúde em consonância ao posicionamento do Governo Federal, observamos o atravessamento desse interdiscurso presente na formulação das SD destacadas, como forma de relacionarmos o já-dito, ou seja, outros fazeres e dizeres que possibilitaram o fazer atual do TIB, com o que está se formulando, o qual chamamos de intradiscurso (ORLANDI, 2001).

É através dessa relação que se torna possível compreendermos o funcionamento do discurso e sua ligação com o contexto sócio-histórico ao abordar, mas também enfrentar, a atual crise sanitária como problema de políticas públicas e remetermos à diversas filiações de sentidos e identificar como se forma esse jornalismo combativo. Portanto, discutiremos, neste subcapítulo, o atravessamento do interdiscurso de um fazer jornalístico independente no intradiscurso do TIB, no que diz respeito ao combativo e destemido, através das SD apresentadas a seguir, relacionando-as com a historicidade presente no discurso do veículo.

A SD4 e a SD5 são da terceira matéria que escolhemos do TIB, uma coluna de opinião, publicada no dia 29 de dezembro de 2020<sup>19</sup>, as quais separamos por conterem algo que consideramos fundamental para a constituição do jornalismo independente e para o debate deste subcapítulo: a criação de espaços públicos de debate que possibilitam produções que cobrem diferentes representações da sociedade. Logo, as SD a seguir relacionam-se ao problema da Covid-19 no que se refere aos problemas sociais gerados pela atual pandemia, que produziu novos ornamentos na sociedade, mas também prejudicou diversas famílias, aumentando expressivamente o número de desempregados, moradores de rua, o preço da cesta básica e dos utensílios domésticos, resultando na fome, por exemplo. Através da matéria com esse tema, podemos observar como o fazer combativo e destemido se apresenta no discurso do TIB. A SD4 é o título da matéria e a SD5 é um fragmento dela:

**SD 4 - ‘Meu filho precisa de alimento’:** as placas que gritam a fome no trânsito  
Aqui, no Recife, vejo constantemente seus corpos, geralmente muito magros e geralmente muito pretos, ziguezagueando trajetórias entre os carros.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2020/12/29/placas-fome-sinaleira-recife-pandemia/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

**SD 5** - É uma questão gravíssima, antiga e que se aprofundou após a covid-19. Já destruiu a vida de muitas famílias, mas, como geralmente são muito magras, como geralmente são muito pretas, como geralmente são muito pobres, entrou no que é considerado normal.

O texto é assinado pela jornalista Fabiana Moraes, professora e pesquisadora do Núcleo de Design e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (NDC/UFPE), que trabalha também como colunista no TIB. Ela aborda, como podemos ver acima, as questões sociais causadas pela intensificação da pandemia, que afetou diretamente a economia e, por intermédio, toda a população brasileira, por diversos motivos como a falta de emprego, a falta de condições para se manter e, uma questão que é colocada em foco na abordagem nessa matéria, que é a procura pela responsabilização pela atual situação de fome: entre 2018 e 2020 a fome atingiu 7,5 milhões de brasileiros<sup>20</sup>.

Lembramos que, em 2020, houve o pagamento, feito pelo Governo Federal, do Auxílio Emergencial, criado em abril de 2020 até dezembro do mesmo ano, que contava com o valor inicial de R\$ 600,00. O programa foi estendido por mais sete parcelas em 2021, mas com um corte, variando de R\$ 375,00 a R\$ 150,00. No início, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, junto com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, tinha a intenção de pagar apenas R\$ 200,00, o que mostrou para muitos o não comprometimento com a situação atual dos brasileiros, possível de observar no título da SD 4, “as placas gritam a fome no trânsito”, que mostra o tom de revolta da enunciação e, conseqüentemente, do veículo, em consonância com a necessidade popular, principalmente ao trazer o apelo do relato de uma mãe, na primeira linha da manchete: “Meu filho precisa de alimento”.

Compreendemos alguns dos objetos simbólicos presentes no enunciado, como a invocação de uma personagem social para dar à narrativa o tom que o veículo procura destacar, nesse caso, conectando-se à opinião pública, ao trazer demandas setoriais e narrativas marginalizadas, tornando as marcas ideológicas perceptíveis no posicionamento editorial, sendo um diferencial da mídia independente, também por cobrir histórias de maneiras diferentes da que a mídia tradicional faz (RÊGO, 2019). Continuamos na SD 4, agora na legenda: “Aqui, no Recife, vejo constantemente seus corpos, geralmente muito magros e geralmente muito pretos, zigzagueando trajetórias entre os carros”. Este enunciado se aproxima do cotidiano do jornalista-escritor, ao citar o Estado de onde parte aquela cobertura, compartilhando com o leitor a posição, mas referindo-se a uma realidade que não é exclusiva do Recife, que é a fome,

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaofrente-ampla/com-bolsonaro-o-brasil-voltou-ao-mapa-da-fome/>. Acessado em: 5 jan. 2022.

mas de todos os estados brasileiros durante o ano de 2020. Outro ponto que podemos apreender desse enunciado é a escolha pela primeira pessoa do singular, que mostra a quebra do padrão tradicional de um jornalismo que opta pela terceira pessoa, visando a um efeito de objetividade. Neste caso, utiliza-se da subjetividade também como forma de aproximação. Portanto, procura-se criar um processo de identificação, que a partir da aproximação da visão do sujeito-jornalista – no enunciado, ambienta como se estivesse olhando para o acontecimento “vejo constantemente seus corpos” – vai ao encontro do sujeito leitor, a partir da argumentação e da subjetivação.

Na SD 5, ao se dizer que vê os corpos das pessoas nas ruas e elas, “como geralmente são muito magras, como geralmente são muito pretas, como geralmente são muito pobres, entraram no que é considerado normal”, são utilizadas marcas interessantes para pensarmos o posicionamento e as escolhas de enunciação, que tornam perceptível o funcionamento da ideologia presente no discurso do veículo. Para pensarmos esse trecho, devemos considerar que as palavras, assim como o uso das figuras de linguagem, estão “carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2001, p. 20). Podemos conferir o uso de duas figuras de linguagem nesse trecho destacado: a) anáfora, que vem pela repetição do “geralmente”, cuja utilização pode ser pensada de duas formas: na primeira, usada para se referenciar ao corpo magro, logo, aqueles que passam fome e, na segunda, para referenciar a cor das pessoas que estão em situação de fome, dando essa ideia de normalização; b) hipérbole, que procura dar ênfase a uma ideia com a finalidade expressiva, que é possível observar ao utilizar o “muito”, para se referenciar ao magro, pobre e, depois, para falar do corpo negro, possivelmente para expressar a ideia de classes e do racismo institucional.

Através da discussão das SD 4 e SD 5, podemos repensar o intradiscurso (formulação) em relação ao interdiscurso (memória) presente no fazer jornalístico independente que torna possível dizermos que a abordagem acima faz parte de uma demanda característica desse tipo de atividade nesse momento dado, com as condições de produção próprias. Essa demanda trata-se da função social de criação de espaço público, de reflexões que permitem protagonizar personagens marginalizados e que possuem em sua narrativa o discurso contra-hegemônico (KUCINSKI, 1991). É nesse viés que podemos compreender o combativo como relacionado à resistência, logo, ao procurar as transformações sociais, opondo-se às medidas e ao discurso oficial, por considerá-los autoritários, criam-se espaços de denúncias, apresentando outros personagens, com outras narratividades, defendendo uma agenda alternativa, distinta da dos meios hegemônicos e de um caráter coletivo (KUCINSKI, 1991). Podemos considerar, assim,

esses fatores como parte estruturante da formação social de uma prática do fazer histórico do jornalismo independente, dada a importância da palavra no contexto noticioso como forma de resistência de uma sociedade.

Portanto, concluímos que o “combativo” do veículo TIB vem no seguinte viés: se antes o jornalismo ao encontro das ideologias das classes dominantes, acompanhando o discurso hegemônico, o movimento independente traz uma gama diversa de ideologias que se apresentam na sociedade. Podemos considerar que o jornalismo independente rompe com o discurso de uma pretensa neutralidade, imparcialidade e objetividade. Ao contrário, como vimos na matéria destacada, o TIB se posiciona, resiste e trabalha com a subjetividade do sujeito, quando retrata os personagens muito além de apenas um caso, mas como personagem protagonista da sua história e apresenta fatores da historicidade importantes para a constituição do jornal e do discurso do coletivo.

Agora, partimos para outro fator importante desse subcapítulo, que nos guiará para compreendermos o atravessamento do interdiscurso no intradiscurso jornalístico independente do TIB, para podermos discutir sobre a formulação do discurso do coletivo e como ele se insere no contexto sócio-histórico. Além de combativo, o veículo se diz “destemido”, o que nos faz questionar: de que ele não tem medo? Como frisa Orlandi, as palavras vêm carregadas de sentidos, quando nos referimos ao destemido o termo traz em si uma memória (ORLANDI, 2001). Logo, a palavra “destemido” produz também efeitos de sentido, dentre os quais podemos destacar um, que há hoje, possivelmente, um perigo externo que o jornalismo enfrenta e esse veículo não possui esse medo. Havíamos também apontado, no subcapítulo anterior, o embate político entre o discurso jornalístico e o discurso político, que dá atualmente o tom da abordagem das matérias do TIB. Esse embate carrega também uma memória, como apresentamos no capítulo histórico, visto que não é de hoje que o jornalismo enfrenta dificuldades e obstáculos, no que diz respeito ao direito à informação e ao compromisso com o interesse público. Vimos o embate entre os primeiros periódicos e o Império e seu autoritarismo, o embate entre o jornalismo independente e alternativo durante a Ditadura Militar e sua censura, logo, o que têm em comum é a produção jornalística em confronto à governança autoritária e à censura.

Com a próxima SD, procuramos compreender a relação de oposição entre o discurso jornalístico e o discurso político, que se interligam pelo fator da notícia. Portanto, é importante atentarmos para as formas que o “combativo e destemido” aparecem na formulação do discurso do TIB nas matérias e como resgatam a memória de antigos embates. Devemos considerar, durante a análise da SD, “a língua não só como estrutura, mas como acontecimento”, logo, ao

destacarmos as SD do texto, focamos nosso olhar para o discurso e atentando para a forma que o histórico atravessa os enunciados (ORLANDI, 2001)

A próxima e última SD faz parte da primeira reportagem, como apresentada no subcapítulo anterior:

**SD 6** - Mas sabemos como é importante para o bolsonarismo estreitar os laços da vassalagem. Bolsonaro precisava estar mais uma vez presente em solo americano para tirar foto ao lado do tio Trump e ganhar biscoito dele enquanto balança o rabinho de felicidade em seu resort.

Quando nos referimos ao embate entre os discursos jornalístico e político, antes, precisamos levar em conta que o discurso carrega “a ideia de curso, percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2001, p. 15), logo, trata-se da prática da linguagem, o discurso como mediação entre homem e realidade social. Consideramos que a sociedade possui conjuntos diversos de discursos, os quais os sujeitos interagem e se relacionam a elas (ORLANDI, 2001). Portanto, é ao consideramos que o discurso político procura se sobressair frente aos outros discursos, por depender da constituição do maior número de sujeitos que compactuem com sua visão de mundo, ideologia e a reconstrução de compreensão dos sentidos, que podemos olhar para a primeira afirmação da SD 6: “Mas sabemos como é importante para o bolsonarismo estreitar os laços da vassalagem” e nos restringimos, em um primeiro momento, ao uso da palavra “bolsonarismo”. Concordamos com Brenneisen, Mendonça e Alves (2006) ao afirmarem que o discurso político pode “influenciar na mudança comportamental e de opiniões por meio da construção de uma posição de autoridade ou da ressignificação de sentidos propostos pelos agentes sociais” (BRENNEISEN; MENDOÇA; ALVES; 2006, p. 15).

Dessa forma, compreendemos que, junto com a candidatura e posteriormente a eleição de Jair Bolsonaro como presidente, grande parte da população se assemelhou ao discurso do político, elegendo-o pela maioria dos votos, gerando no Brasil um fenômeno político de extrema direita. Portanto, é a partir desse conhecimento dentro do “já-sabido” que se opta pelo uso do termo “bolsonarismo” no enunciado, ao que podemos filiar sentidos referentes ao discurso de negacionismo científico, que uma parte da população continua apoiando ferrenhamente. O discurso político, aqui, se difere do discurso jornalístico, que se baseia nos dados científicos para cobrir a atual pandemia e para formar suas notícias e reportagens, outro ponto de confronto. Por esse fato, o jornalismo vem sofrendo constantes ataques do presidente e ministros, o que acirrou para a profissão a crise de credibilidade, entre outros motivos, também por estar a todo momento em conflito com o discurso oficial.

Ao continuar e dizer que é importante para o bolsonarismo “estretar os laços da vassalagem”, estabelece-se, através do discurso do veículo, um posicionamento contrário a esse fenômeno político, que pode ser remetido à escolha da palavra “vassalagem” e à historicidade presente no termo, que vem pelo resgate da ideia de um período em que os vassallos serviam e eram leais aos suseranos em troca de terras. Interpretamos os possíveis efeitos de sentido na relação entre a referência e o presente momento, dado que há atualmente a insatisfação popular com o atual governo, porém, uma parcela pequena, mas significativa de pessoas, continua a apoiar e disseminar o discurso do bolsonarismo, ignorando os fatos e dados apresentados pelo jornalismo

Hoje o jornalismo independente encontra-se nas mídias digitais e utiliza-se destas para renovar suas produções e alcançar uma grande parte da população, vale-se de práticas e técnicas de outros tempos, com outras dificuldades, havendo o fio condutor da procura da democracia através da informação, mas não apenas, contando com a constituição de sujeitos e produções de sentidos (ORLANDI, 2001). Mas, um fator que também surge no final da SD 6, ao se dizer que “Bolsonaro precisava estar mais uma vez presente em solo americano para tirar foto ao lado do tio Trump e ganhar biscoito dele enquanto balança o rabinho de felicidade em seu resort” é a sátira à viagem aos EUA, na qual sua comitiva contraiu o coronavírus e voltou sem nenhuma medida. Lembramos da prática panfletária, ainda na época do primeiro Reinado, que encontrou no humor uma ferramenta política forte, utilizando-se de narrativas satíricas e até caricaturais para atingir o Império. Essa prática é muito bem apropriada na enunciação, que procura construir uma imagem caricata e assemelha o presidente a um imperador autoritário e sem noções políticas. Observamos aí outra marca do jornalismo independente, segundo Kucinski (1991), que é o repúdio ao capitalismo feroz, nesse caso, ao modelo imperialista dos EUA, no qual o Governo Federal de Bolsonaro se baseia para seu posicionamento de extrema direita. Podemos observar também outra marca, que é a posição do jornalista como um agitador popular para alcançar o debate no seio da opinião pública (MOREL, 2018).

Podemos ainda assemelhar as produções independentes a partir do embate entre jornalismo e política à época da ditadura, que, segundo Kucinski (1991), foi rico pela diversidade das manifestações e pelas formas e estratégias próprias de confrontar o poder dominante, por ter como princípio a criação de espaços públicos de debate, onde se pode fazer denúncias e críticas. Se, na ditadura, o combate e a falta de medo das iniciativas independentes eram contra os instrumentos de censura e o governo militar que matava e atacava jornais e jornalistas, hoje, temos um governo que procura atacar a liberdade de expressão e o direito à informação, mas que também faz atentados à vida da população ao negar um perigo eminente.

É através da relação entre o interdiscurso e o intradiscurso que podemos determinar, a partir da situação e das condições de produção, o que se faz presente na discursividade do coletivo, “suprime-se a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade” (ORLANDI, 2001, p. 34), portanto, é o interdiscurso que permite a um acontecimento histórico se inscrever na continuidade do discurso do veículo.

Por procurarmos uma relação entre linguagem, pensamento e mundo, propomos pensarmos, com o materialismo histórico, que existe um real da história (ORLANDI, 2001) o qual podemos relacionar com os combates antigos do fazer jornalístico que se denomina independente. Faz-se presente uma busca constante pela democracia ao longo dos anos, portanto, não é a primeira vez que o jornalismo se depara com um líder autoritário e com a tentativa de censurar as produções jornalísticas. Logo, só podemos formular que o combate à hegemonia e ao autoritarismo é uma característica do discurso jornalístico independente, pois isso se inscreve na constituição, está na perspectiva do dizível, é resgatado pela memória de outras lutas e hoje ressoa na produção jornalística independente, como podemos ver no TIB (ORLANDI, 2001). Logo, o discurso do jornalismo independente tem sua regularidade e funcionamento, que podemos apreender por “considerarmos o social e o histórico, o subjetivo ao objetivo, o processo e o produto” (ORLANDI, 2001, p. 22).

## CONCLUSÃO

Ao procurarmos apreender o discurso do jornalismo independente do TIB, antes, tivemos que percorrer caminhos da formação histórica de uma prática jornalística propriamente brasileira, que não nasceu espontaneamente com a chegada da Imprensa Régia aqui, mas sim pelas iniciativas independentes que procuravam legitimar as demandas sociais através da comunicação, criando espaços públicos de debate político e social, quando os órgãos oficiais trabalhavam de maneira autoritária e possuíam ferramentas de censura. Logo, a prática que veio a se tornar característica de grandes empresas/instituições hegemônicas, valeu-se de uma gama densa de relações fomentadas inicialmente pela oralização dos diários oficiais do Império, que com a formação de uma opinião pública em um Brasil colônia, encontrou a oportunidade de criar espaços com ideias de oposição nos papeis impressos, como foi o caso do estilo panfletário, que criou novas vertentes da produção de informação. Entendemos que a formação do jornalismo acompanhou, assim como cobriu, a história do Brasil. Através do capítulo histórico, pudemos resgatar as demandas de compromissos com a informação do jornalismo, que tinha na população a oportunidade de emancipação política da sociedade, legitimando as demandas sociais do que seria de vontade pública.

Quando nos referimos às produções independentes desse período, devemos ter em mente que se tratava de assumir um posicionamento político e de oposição aos moldes e imposições oficiais. Muito antes das políticas públicas, do direito à informação, essas já eram demandas de atores sociais, que agiam como forma de resistência ao absolutismo, mostrando uma necessidade de informar, o que levou à criação de espaços em que as demandas populares fizeram parte das páginas dos periódicos. É possível observar que os jornais criaram novos ornamentos, permitindo que personagens marginalizados estampassem as páginas dos periódicos e se legitimassem como parte da sociedade brasileira. O período que antecedeu a República, foi marcado, principalmente, pela reivindicação de lutas populares, da resistência da presença popular, da criação de debates políticos e da formação de uma opinião pública, que viria a ser a força necessária para a produção de conteúdos cada vez mais voltados à população. Logo, a imprensa como instrumento de crítica ao regime absolutista do Império.

Com a estabilização da prática jornalística, através da cobertura de revoltas, conflitos internos, a imprensa foi uma das principais agitadoras para as conquistas de marcos históricos como a abolição da escravidão, a Proclamação da República e foi caminhando para um posicionamento cada vez mais político das editorias. Podemos perceber que a criação de espaços públicos do debate político, foi principalmente fomentada pela presença dessas

questões nos periódicos. Vimos nascer, na produção jornalística, o ideal de que os debates políticos seriam o meio eficaz para a participação popular nas decisões políticas e como parte eficiente para a aplicação das políticas públicas, essa relação, que foi gerando vertentes diversas. O caráter de oposição da produção jornalística se voltou cada vez mais ao confronto ideológico entre o posicionamento dos periódicos que eram produzidos, do que de resistência aos modelos totalitários. As grandes mídias foram se concentrando na mão de famílias e políticos, que viram no jornalismo, a oportunidade de concentração das massas.

Foi na ditadura de 1964, como afirma Kucinski (1991), que surge um fenômeno interessante para pensarmos o jornalismo independente contemporâneo, por ter ocorrido uma diversidade de manifestações, de novas formas e estratégias próprias de confronto aos sistemas dominantes como forma de resistência para se alcançar o direito à informação como direito humano. Se, de um lado, empresas comunicacionais consentiram com o governo ditatorial para continuar suas produções, moldando-se às exigências de um governo militar, por outro, nasceram iniciativas independentes e/ou alternativas, que sofriam com o medo, além da censura, de ataques as editorias e de tortura. Essas iniciativas tinham como principal marca a oposição às políticas dominantes, a emergência para sair da situação da ditadura e o desejo de líderes editoriais de promover as mudanças sociais que defendiam, com caráter de luta de classes. Nasceu e morreu nesse período um grande número de coletivos que se escondiam para produzir textos e matérias que atacavam os militares no poder em meio à censura mais impiedosa da história do jornalismo brasileiro.

É por meio da contextualização das condições de produção de uma fazer jornalístico independente, que se difere das mídias tradicionais pelo posicionamento contrário ao capital, pelo não compromisso com os modelos norte-americanos de objetividade e imparcialidade, que podemos (re)pensar os coletivos independentes atuais através da relação sócio-histórica desses fazeres. Logo, ao olharmos para o coletivo do TIB, que encontrou no ambiente digital um solo fértil para as produções independentes, somos capazes de apreender o interdiscurso que atravessa a formulação do discurso do veículo, ou seja, a memória que retoma pela produção que procura combater questões que estão longe de serem do passado. Se anteriormente o jornalismo confrontou o autoritarismo, a censura, em momentos distintos da história, atualmente, o direito à informação continua sendo uma demanda necessária para se alcançar a democracia, que por mais que se diga que vivemos em um Estado democrático, este vem sofrendo ataques dentro dos próprios moldes, através de um discurso contraditório de garantir a democracia. Portanto, se apreendemos na análise que existe um embate entre o discurso político e jornalístico, presente nas páginas do jornal, não se trata de um fator novo para a

história do jornalismo, que no caso do TIB, utiliza dos moldes independentes para combater e responsabilizar governantes. Essa relação pode se justificar pelo próprio caminho do jornalismo, que vem cobrindo a garantia de direitos durante os anos, até a Constituição de 1988 adiante, que tem como premissa garantir que esses direitos sejam cumpridos, como é o caso das políticas públicas.

Ao separarmos o recorte do nosso objeto de análise, o discurso jornalístico do TIB, durante a pandemia do coronavírus em 2020, procuramos observar a formulação do discurso do veículo na relação entre a responsabilização dos governantes e as denúncias do veículo ao cobrar a aplicação das políticas públicas como um compromisso com as demandas sociais, por ser de interesse da população, por trabalharmos com o pressuposto de que vivemos sob o governo que atrasou o combate ao vírus, o que piorou o estado da crise sanitária, levando à morte de muitos brasileiros. Portanto, configuramos que o veículo cria, através dos textos publicados em seu site, espaços de debate políticos e críticos. Através do posicionamento, o TIB encontra formas possíveis de confrontar as atitudes e falas do Governo Federal, principalmente quando se refere as políticas públicas, para as escolhas da narrativa, da referência aos governantes utilizando de adjetivos, ir de encontro as concepções populares ao utilizar a escrita informal de forma inovadora para um texto jornalístico, por se encontrar no meio digital encontra estratégias interessantes para cativar a atenção do leitor para a emergência do assunto. Por fim, compreendemos que o TIB procura e (re)pensa maneiras de resistência e de garantia dos direitos e das políticas públicas, através do seu texto inserido em diversas mídias digitais.

Logo, por mais que possamos observar que o discurso jornalístico manifestado pelo TIB esteja em confronto com o discurso político oficial, seu maior interesse parece não ser necessariamente atacar Bolsonaro e seus ministros, mas construir uma comunicação independente contra-hegemônica e rica nas produções, nos fazeres, nas técnicas, no que diz respeito à cultura do jornalismo independente e à necessidade de se impor os direitos, as demandas setoriais da população, cobrar os governantes e responsabilizá-los pela falta de políticas públicas. Nesse sentido, compreendemos que se trata de uma responsabilidade sócio-histórica do jornalismo independente, por procurar responsabilizar governantes autoritários pelos seus posicionamentos e falta de medidas, que o TIB pôde cumprir através da denúncia e investigação.

Quando nos comprometemos, neste trabalho, a observar o atravessamento da memória (interdiscurso) de um fazer jornalístico independente na formulação (intradiscurso) do veículo em estudo, objetivamos relacionar a prática aos princípios sociais da profissão, o que permite

aproximar o fazer de um jornalismo descentralizador e democrático. É possível observar essa relação no resgate de “combativo e destemido” como princípio do TIB. Podemos perceber que o “combativo” vem pela constante denúncia, utilizando-se da liberdade de expressão, mas fundamentada no código de ética do jornalismo e no direito social à informação, para construir matérias jornalísticas que não meramente informem, mas contribuam para o debate social na esfera do público. É possível relacionar com o período ditatorial no que diz respeito a enfrentar mecanismos de censura – que hoje podemos relacionar às Fake News, propagadas pelo órgão maior da manutenção da democracia, que é o Governo Federal. Não se trata da censura propriamente dita, mas sim do silenciamento, que segundo Orlandi (2001), consiste no processo que limita os sujeitos na sua produção de sentidos, silencia suas vozes na sociedade, através de um poder maior que julga os interesses de uma parte integrante da sociedade como impróprias (ORLANDI, 2001). É possível relacionar essa tentativa de silenciamento com os atuais ataques aos veículos de informação e jornalistas.

O “destemido” está na esfera da narrativa, na forma como o coletivo aborda as atitudes do Presidente, logo, do Governo Federal. Seus jornalistas não têm medo dos ataques de Bolsonaro, continuam produzindo suas matérias e se posicionando contrários ao discurso oficial, enquanto este fomentar o negacionismo científico em um período sensível, no qual a importância da ciência deveria ser indiscutível por salvar vidas. É possível, ainda, relacionar com o ataque ao direito à informação, sendo responsabilidade do jornalista, segundo o Código de Ética do Jornalista, denunciar qualquer ataque à democracia e aos direitos constituintes. No entanto, se ao mostrar o posicionamento do veículo através da escrita o TIB se compromete em descrever os passos da própria produção, também podemos questioná-las no sentido de encontrar uma maneira apenas de ser “combativo e destemido”, que se relaciona ao posicionamento de resistência e ao confronto direto a partir do discurso.

No decorrer do estudo, os textos observados apontam haver demasiados ataques às falas do Bolsonaro, em vez de um investimento em outras formas de contraponto, de apresentar o outro lado. Em outros termos, ao relacionar a atual situação diretamente ao posicionamento presidencial, como se tudo se justificasse nessa tomada de posição, deixa-se de atender a necessidade do leitor e da sociedade em ter informações, dados, hipertextos que se relacionem com o tema, para além do embate entre os discursos político e jornalístico. Concluimos, assim, que o posicionamento editorial de um jornalismo independente rompe com barreiras dos meios tradicionais, utiliza-se de uma narrativa inovadora para o meio digital – ao resgatar os compromissos sociais de um fazer independente – mas também vive no conflito, quando poderia explorar outras maneiras comunicacionais com vistas a emancipar os leitores sobre as

políticas públicas, como forma eficiente de confrontar o atual governo negacionista, em meio à pandemia do coronavírus.

Por fim, consideramos que este trabalho vem ao encontro dos novos estudos da área do jornalismo, não só por repensar o discurso jornalístico independente e digital como uma forma de retomar a credibilidade em crise do jornalismo, mas também por garantir alguns pontos importantes para a constituição tanto da profissão, quanto da democracia: a) por enfrentar qualquer forma, mesmo que seja o Governo Federal e os seus ministérios, de ataque à democracia, se for possível comprovar que ela está sofrendo com um perigo eminente; b) por garantir o direito à informação, quando essa sofre com mecanismos de censura, mesmo que não oficiais, mas que se utilizam de meios governamentais para impedir a informação; c) por não estar associado a oligarquias de comunicação, o que se configura como inconstitucional; d) por utilizar das práticas e técnicas profissionais dentro de moldes próprios de uma fazer jornalístico, através da narratividade, da presença da historicidade da imposição das políticas públicas.

Para os estudos futuros na área, esta pesquisa permite levantar questões sobre o discurso presente do jornalismo independente do TIB, passível de questionamento sobre as formas de narrativa, narratividade e noticiabilidade, para pensarmos se e como o jornalismo está sendo responsável pelas emancipações sociais e populares, por meio da informação e do debate, no que se refere a questões políticas do dever social dos sujeitos. Também, é possível questionarmos as maneiras, técnicas e estratégias que o jornalismo independente pode utilizar e manter seu *status* de combativo e destemido, ou seja, resistente frente às injustiças. Logo, como jornalistas, devemos pensar maneiras de encerrar a atual crise de descredibilidade, aproveitando dos meios digitais, ao utilizarmos de novos moldes jornalísticos, em vez de nos voltarmos ao pretense imparcial e capitalista modelo hegemônico de comunicação. Portanto, o atual estudo também propõe questionar: como é possível fazer um jornalismo ativo ou de ação? Para podermos trazer cada vez mais leitores para o debate público e político sobre a responsabilidade do sujeito na aplicação dos direitos e políticas públicas, talvez a melhor forma de confronto seja a emancipação através do conhecimento e da informação.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Hendry; WINGUES, Kérley. Valores de uma profissão em crise: tensões e desafios de jornalistas de veículos tradicionais em meio à consolidação da internet no modo de fazer jornalismo. Volume 15. Número 1. **SBPjor. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo**. 2019. Disponível em: [https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1087/pdf\\_1](https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1087/pdf_1). Acesso em: 10 dez. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Código de ética. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf) > Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRENNEISEN, Eliane; MENDONÇA, Sônia C. Poltronieri; ALVES, Gustavo Biasoli. Relações entre discurso político e discurso jornalístico. Ciências Sociais em Perspectiva. Volume 5. n. 9 13-22 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1415>. Acesso em: 5 jan. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

COHEN, Ilka Stern. Parte II: Diversificação e segmentação dos impressos. In: Tânia Regina de LUCA; Ana Luiza MARTINS (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 40-81.

COURTINE, Jean-Jacques. **A noção de “condição de produção do discurso”**. In: Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. 1985. São Carlos, SP. EdUFSCar, 2009, p. 45-68.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 2ª edição. São Paulo: Senac, 2004.

GREENWALD, Gleen. Bem-vindo ao The Intercept Brasil. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/>. Acesso em: 5 dez. 2021.

GONÇALVES, Mírian (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

LACERDA, Daniela Maria de. O jornalismo digital independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFPE. Recife. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21304>. Acesso em: 18 jul. 2021.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Parte II: Imprensa a serviço do progresso. In: Tânia Regina de LUCA; Ana Luiza MARTINS (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 40-81

MARTINS, Ana Luiza.LUCA. Parte I: Imprensa em Tempos de Império. In: Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 13-38.

Metodologia. Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/metodologia/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MOREL, Marco. Parte I: Primórdios da Imprensa no Brasil. In: Tânia Regina de LUCA; Ana Luiza MARTINS (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 13-38.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas, SP. Editora Pontes. 2001.

ORLANDI, Eni. P. **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP. Editora UNICAMP. 2016.

RÊGO, Marília Gabriela Silva. Jornalismo independente na cobertura política: The Intercept Brasil e o processo do impeachment de Dilma Rousseff. Orientadora: Isaltina Maria de Azevedo

Mello Gomes. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife. 2019. 141 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35715>. Acessado em 22 de jul. 2021.

SANTOS, Agnaldo dos; Construção das Políticas Públicas – processos, atores e papéis. São Paulo, Brasil. 2009. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/construcao-das-politicas-publicas-processos-atores-e-papeis/>. Acesso em: 10 jan. 2022

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso. UFSCar. 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/VaniceMariaOliveiraSargentini.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. Em *Questão*, vol. 13, núm. 1. 2007. UFRGS. Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2002>. Acesso em: 10 out. 2021.

SCHWAAB, Reges Toni; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. *Voz e Diálogo*, Itajaí, vol. 13, núm. 1. 2014. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/5587#:~:text=SCHWAAB%2C%20R.%3B%20ZAMIN%2C,Vozes%20e%20Di%3%A1logo%2C%20v.&text=Trata%2Dse%20de%20pensar%20o,de%20outros%20tantos%20j%3%A1%2Dditos>. Acesso 10 out. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

KUCINSKI, Bernado. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. Editora Edusp. Ed. 2003. 1991.